

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
CURSO DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISE DE DISCURSO**

ALAN MIRANDA SILVA

**SENTIDOS DE 'POVO' E 'MASSA(S)' NOS DISCURSOS DE POSSE DE
GETÚLIO VARGAS**

POUSO ALEGRE

2020

ALAN MIRANDA SILVA

**SENTIDOS DE ‘POVO’ E ‘MASSA(S)’ NOS DISCURSOS DE POSSE DE
GETÚLIO VARGAS**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências da Linguagem da
Universidade do Vale do Sapucaí como requisito
parcial para obtenção do grau de mestre.**

**Área de concentração: Linguagem e Sociedade
Linha de pesquisa: Análise de Discurso**

Orientadora: Prof^a Dr^a Luiza Katia A. Castello Branco

POUSO ALEGRE

2020

Ficha catalográfica
Universidade do Vale do Sapucaí
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Curso de Mestrado

Silva, Alan Miranda, 2020-

Sentidos de 'povo' e 'massa(s)' nos discursos de posse de Getúlio Vargas / Alan Miranda Silva. – Pouso Alegre, MG: [s.n.], 2020.

Orientador: Luiza Katia A. Castello Branco.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Sapucaí, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem.

1. Vargas, Getúlio, 1882-1954 – Discursos de Posse. 2. Enunciação (Linguística). 3. Sujeito (Análise do Discurso). 4. Brasil. Presidente (1930-1945: Vargas). 5. Brasil. Presidente (1951-1954: Vargas).

CDD: 401.41

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada “SENTIDOS DE 'POVO' E 'MASSA' NOS DISCURSOS DE POSSE DE GETÚLIO VARGAS” foi defendida em 2 junho de 2020, por ALAN MIRANDA SILVA, aluno regularmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, nível Mestrado, sob o Registro Acadêmico nº 98014305, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Profa. Dra. Luiza Katia Andrade Castello Branco
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Prof. Dr. Pedro dos Santos Portugal Júnior
Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS-MG
Examinador



Profa. Dra. Joelma Pereira de Faria Nogueira
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS
Examinadora

Dedico este trabalho aos meus pais, Aluísio (in memoriam) e Elizete, pelo amor incondicional, às minhas irmãs Viviane e Elisângela, pela convivência nesta jornada, e à minha noiva Brenda por todo apoio, companheirismo e por acreditar em meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, a minha orientadora, a Prof^a Dr^a Luiza Katia A. Castello Branco, pelas leituras atenciosas, pelos direcionamentos e pela tão importante parceria ao longo desse tempo em que trabalhamos juntos.

Ao PPGCL da UNIVÁS de Pouso Alegre, e aos seus docentes e funcionários, por todo o apoio, dedicação e conhecimento gerado dentro e fora das salas de aula.

Aos(Às) amigos(as) da pós-graduação (Mestrado), que tive a satisfação de conhecer e conviver nesta jornada rumo ao conhecimento.

Finalmente, agradeço aos meus pais, Elizete Miranda Silva e Aluísio José Silva (in memoriam), pela vida e amor incondicional e por sempre acreditar em mim - gratidão, amo muito vocês. Às minhas irmãs pelo apoio, e à minha noiva Brenda pela força e carinho nos momentos difíceis desta jornada.

RESUMO

O trabalho em questão trata de compreender discursivamente o processo de produção de sentidos dos termos 'povo' e 'massa(s)' nos dois discursos de posse de Getúlio Vargas, presidente da República Federativa do Brasil em seus dois mandatos – entre os anos de 1930 a 1945, e no período de 1951 a 1954. Observar a historicidade desses dois momentos de posse permitiu compreender como a produção de uma discursividade passa a hegemonizar certos sentidos que, por sua vez, sustentam, buscam explicar e legitimar regimes ditos ou democrático ou ditatorial. Ao dar visibilidade aos termos 'povo' e 'massa(s)' em seu funcionamento discursivo, coloca-se em suspensão a produção de sentidos desses termos como a que os define enquanto o 'total dos cidadãos de uma nação', 'um todo indistinto'. Dessa forma, essa pesquisa busca observar e compreender como esses dois termos funcionam produzindo sentidos que levam, inclusive, a considerar como real a possibilidade de controle da direção de sentidos sobre o 'povo'/as 'massa(s)', apontando para a existência de fato de um objeto 'povo' e de um objeto 'massa(s)'. Sustenta este trabalho a teoria e o método da Análise do Discurso (Michel Pêcheux; Eni Orlandi) que concebe o interdiscurso como algo que constitui todos os discursos que aí se inscrevem materializando histórica e ideologicamente modos possíveis de relação social; assume a linguagem como constitutiva dos sujeitos, estes compreendidos como posições no discurso; considera como fundamental as condições de produção histórico-político-ideológicas em que esse sujeito enuncia, compreendendo assim que os dizeres significam diferentemente dependendo da posição na qual são formuladas. Assim, compreender os sentidos de 'povo' e 'massa(s)' nas sequências discursivas (SDs) analisadas permitiu dar visibilidade a como as discursividades ali materializadas apontaram, dentre outros, para efeitos de sentido de 'povo'/'massa(s)' como 'ficções demagógicas' (PÊCHEUX, 2011).

Palavras-chave: sentido; povo; massa(s); discurso de posse; Getúlio Vargas.

ABSTRACT

This work tries to discursively understand the process of meaning production of the words 'people' and 'mass(es)' in the two inauguration speeches held by Getúlio Vargas as president of the Federative Republic of Brazil in two terms – between the 1930s to 1945, and from 1951 to 1954. Observing the historicity of these two moments of possession allowed us to understand how the production of a discursiveness starts to hegemonize certain meanings that, in turn, support, seek to explain and legitimize the so-called democratic or dictatorial regimes. By giving visibility to the terms 'people' and 'mass(es)' in their discursive functioning, the production of meanings of these terms is suspended regarding their definition as the 'total of the citizens of a nation', as 'an indistinct whole'. In this way, this research seeks to observe and understand how these two terms work, producing meanings that lead, even, to consider as real the possibility of controlling the direction of meanings over the 'people' / the 'mass(es)', pointing to the actual existence of 'people' and 'mass(es)' as objects. This work is supported by the theory and method of Discourse Analysis (Michel Pêcheux; Eni Orlandi) that conceives interdiscourse as something that constitutes all the discourses that are inscribed there, materializing historically and ideologically possible ways of social relationship; it assumes language as constitutive of the subjects, who are understood as positions in the discourse; considers as fundamental the historical-political-ideological conditions of production in which this subject enunciates, thus understanding that the words mean differently depending on the position in which they are formulated. Therefore, understanding the meanings of 'people' and 'mass(es)' in the analyzed discursive sequences (SDs) allowed us to give visibility to how the discursiveness materialized there, pointing, among others, to the meaning of 'people' / 'mass(es)' as 'demagogic fictions' (PÊCHEUX, 2011).

Keywords: meaning; people; mass(es); inauguration speech; Getulio Vargas.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. Sentido, sujeito e ideologia na construção do discurso	23
2.1 O sujeito Getúlio Vargas e suas posições discursivas na história	28
3. Os discursos do sujeito político significam como propaganda?	31
4. 'Massa(s)'/ 'povo' como objeto semântico do sujeito político	34
4.1 O discurso do sujeito político e o movimento do 'povo'/'massa(s)'	37
4.2 Se as 'massa(s)'/o 'povo' existem, o sujeito político tem controle sobre ela(s)/ele?	39
5. Análises: sentidos de 'povo'/'massa(s)' nos discursos de posse de Getúlio Vargas.....	46
5.1 SD1 – 'povo' como 'participante substancial'	47
5.2 SD2 – 'povo' como 'senhor de seus destinos'	52
5.3 SD3 – 'povo' como 'povo brasileiro'	58
5.4 SD4 – 'povo' como 'maioria'	65
5.5 SD5 – 'povo' como 'a soberania popular'	72
6. Considerações Finais.....	77
Referências.....	83
ANEXOS	86

1. Introdução

Finalmente, se como estabelecimento, a arte da política é pensar pelo outro, ou seja, em termos da análise de discurso, praticar o real do pensamento político é situar-se lá onde os sentidos se repartem, é também por essa prática que se pode compreender o processo pelo qual se estabilizam sentidos para "povo" em uma ou outra formação discursiva e, na medida mesma em que se alcança esta compreensão, poder ir além do jogo dessas formações. (ORLANDI, 2006, p. 30).

O sujeito Getúlio Vargas na posição de Presidente da República Federativa do Brasil produziu sentidos marcados por acontecimentos com diversidades polêmicas em seus discursos ao longo da sua história como Presidente do Brasil em seus dois mandatos. E, para compreender esse processo de produção de sentidos e as relações de forças aí constituídas, fazendo com que determinados acontecimentos ganhem registros nos livros de história e outros não, decidimos voltar e observar novamente dois momentos políticos brasileiros, cuja memória oficial denomina-os como contraditórios, e os registra como Era Vargas – de 1930-1945 – e como Governo Vargas de 1951-1954. Os historiadores em geral denominam esses dois períodos como "Época de Vargas".

Compreendemos que são dois momentos já bem estudados, discutidos, analisados por pesquisadores, jornalistas, teóricos, de maneira quase que exaustiva, dada sua importância e complexidade para a compreensão de nossa historicidade enquanto nação. Compreendemos também que são dois momentos diferenciados cujas durações e condições de produção são igualmente diversas. Contudo compreendemos, ainda, que há aí algo que nos fisga em relação a essa disputa por significar esses momentos, porque há algo comum, que se repete e que desliza, a posição sujeito presidente da república, que podemos descrever, a princípio, como sendo ocupada pelo mesmo indivíduo biopsicossocial – Getúlio Vargas – a mesma pessoa física biologicamente e juridicamente falando, na mesma posição de poder, mas produzindo posições sujeito diferentes porque constituído pelo simbólico, assujeitado à linguagem, e interpelado pela ideologia; produzindo, portanto, dizeres diferentes, sentidos outros pelos quais também se constitui. Advertimos, contudo, que esse diferente não significa que não seja mais do mesmo, com produção de efeito do que não se repete, se repetindo.

Já, advertimos o leitor de que, nessa pesquisa, não discutiremos a arte da política, nem a natureza do discurso político, nem a história política de um período da história do Brasil, nem o modo de se fazer política, ou mesmo o modo de constituição do sujeito político no

Brasil. Tantos outros pontos de entrada e de discussão poderiam ser tocados aqui para dizermos que deles não falaremos. Mas então do que trataremos ao falarmos de político, de política, de história, de Getúlio Vargas?

Nossa questão tem a ver com o processo de produção de sentidos dos termos 'povo'/'massa(s)' sustentados no discurso da política que "tem, indiscutivelmente, efeitos na linguagem, e não são efeitos desconexos" (PÊCHEUX, 2011, p. 252). Pêcheux observa sobre isso ao mostrar e defender uma tese, formulada da seguinte maneira: "o par semântico pessoa/coisa, que 'cola' sem problema aparente nos enunciados da vida cotidiana, não mais se aplica quando se trata de política no sentido não-burguês do termo, isto é, desde que se trate da política das massas" (PÊCHEUX, 2011, p. 252). Com uma advertência: "falar das massas populares, de mudança política e de revolução, enfim, da história, em termos de pessoas e de coisas, de sujeitos e objetos, de intenções e do estado das coisas, como algo natural, como distinções transparentes que aparecem na linguagem sem qualquer ambiguidade, é desconsiderar totalmente a constituição essencialmente ideológica do discurso e do sentido" (PÊCHEUX, [1977] 2011, p. 252).

Para pensar a questão do sentido é preciso pensar ao mesmo tempo aí vinculada a noção de sujeito, e para isso, é necessário trabalhar o funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos, o que supõe, conforme Pêcheux, "o exame da relação do sujeito com aquilo que o representa; portanto, uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário" (PÊCHEUX, 1995, p. 117).

A questão que, no início, nos motivou a começar esta pesquisa, foi: O que (não) há no discurso do político que move as *massas/o povo*?

Inquietados por essa questão, intentávamos analisar os discursos do sujeito político que foi legitimado de alguma forma institucionalmente como garantia de controle da direção de sentidos. Nesse início perguntávamos: é possível mover alguém de uma posição política para outra pelo dizer, pela enunciação? Existe o que se chama convencimento/persuasão? É possível convencer/persuadir alguém de algo? Onde estaria esse poder? E ele existiria? Se existisse poderia estar: na palavra, ou na palavra em ação, ou no gesto de interpretação de um sujeito que busca produzir um efeito de convencimento/persuasão ao enunciar mais fervorosamente? E se, mesmo com o fervor ardente em sua enunciação (como se observa nas enunciações dos discursos de posse de Getúlio Vargas), o sujeito não se convencesse/se persuadisse? ao enunciar mais fervorosamente? Haveria um afetivo, um 'ethos', algo do corporal, do gestual, da constituição da voz, do enunciar que contribuiria para esse

convencimento/persuasão? A falha está sempre suposta, mas não para o sujeito que enuncia? Ou seja, ele esquece que esse poder de persuasão não está nele? Contudo, percebemos que isso não seria possível responder, nem pesquisar, já que, discursivamente, entendemos que é impossível pensar do lugar do outro, jamais nos colocamos no lugar do outro, a não ser, imaginariamente. Assim, saber o que convence/persuade e como convence/persuade é da alçada da historicidade de como os sujeitos são constituídos. E a essa dimensão não temos acesso. E isso é uma operação sempre opacificante para quem olha e quer entender. O modo como os sentidos constituem o sujeito e esse sujeito se reconhece nesses sentidos é misterioso e impossível de estabelecer, de acessar, sendo, claramente misterioso, sempre diverso e singular para o próprio sujeito em sua história de vida.

Compreendendo teoricamente essa impossibilidade, percebemos que o veio da pesquisa deveria ser outro. Ainda seria possível analisar os discursos do sujeito presidente, porém, nessa feita, observando como na materialidade linguística, o interlocutor a quem ele se dirige, para quem ele fala, se produz como sujeito, a partir do processo de produção de sentidos e efeitos imaginários de antecipação e projeção com que esse sujeito presidente constrói seu interlocutor – no caso o presidente se endereça aos sujeitos cidadãos brasileiros – ‘o povo’, ‘a(s) massa(s)’ a partir de sentidos que o constituem e em que ele reconhece como sendo ‘povo’, ‘massa’. E, então, a partir dessa torsão no horizonte da pesquisa, mudamos nossa questão e passamos a perguntar: como se produzem os sentidos de *povo/massa(s)* nos discursos de posse de Getúlio Vargas?

Inquietados por essa questão, primeiramente, pesquisamos trabalhos discursivos que já haviam tratado desses termos *povo* e *massa*, e encontramos trabalhos de Pêcheux e seu grupo em relação à história da França e trabalhos de Eni Orlandi e seu grupo em relação à história do Brasil. Não encontramos nenhum trabalho que tratasse da materialidade do processo de produção de sentido de *povo* e *massa* nos discursos de posse do presidente Getúlio Vargas. Por isso, decidimos buscar compreender esse processo de produção nessa materialidade específica que aqui trazemos como material de análise.

Tomamos para análise duas textualidades que consideramos representativas para pensar essa questão, os dois discursos de posse do sujeito presidente da república Getúlio Vargas em dois momentos distintos da história brasileira, pensando sempre as condições de produção que os constituíram e a memória discursiva que os atualiza sempre que nos faz lembrar deles – o período considerado entre 1930-1945, com suas subdivisões, e o período de 1951-1954.

Sobre isso, é preciso observar que os dois discursos de posse foram escritos estando o sujeito Vargas na posição de presidente a ser empossado diante dos ouvidos de uma nação durante o primeiro momento (porque não havia televisão – a transmissão foi radiofônica), e diante dos olhos e ouvidos dessa mesma nação, durante o segundo momento (porque já havia televisão – a transmissão foi radiofônica e televisionada).

Antes de continuarmos, é preciso aqui apresentar justificativas para a nossa pesquisa e mostrar porque ela importa no cenário das Ciências da Linguagem.

Esta dissertação tem vistas a escrever sobre sentidos, efeitos de sentidos que acabam por fazer os sujeitos se reconhecerem neles e por eles. Sentidos que são produzidos em condições de produção históricas específicas, e que se tornam evidentes passando a construir a realidade dos sujeitos. No nosso trabalho, dois termos ('povo'/'massa(s)') se colocam em evidência para significar pontos específicos acontecidos na história do Brasil (os dois discursos de posse de Vargas), sobre a trajetória do sujeito presidente Vargas no que tange a seus discursos de posse. Sentidos que se tornam óbvios, únicos, verdadeiros, que ao serem submetidos a análises, levam à consideração: o que o sujeito imagina quando enuncia estes discursos, a quem se dirige, como se dirige, sobre o que fala ao outro, como imagina que o outro o imagina/vê/significa, como imagina que o outro significa o mesmo assunto/objeto etc. sobre que fala, e assim por diante, além de considerar os outros dizeres que sustentam esses sentidos de povo/massa(s).

Pensamos então em realizar um estudo sobre o estado da arte do tema e da análise teórica. Buscamos um viés de por onde começar, de saber o que foi escrito sobre, visando mapear conhecimentos e possíveis conhecimentos sobre este assunto, buscando em outras instituições acadêmicas (UFRGS, USP, UNICAMP, UFF, etc.) de outros pesquisadores que também pensaram em escrever sobre este assunto, nos limitando ao território brasileiro e em nossa área de enfoque que é a análise de discurso e áreas afins, como história, ciências sociais, por exemplo, já que compreendemos que o assunto já foi bem explorado. Reconhecemos que não esgotamos nossa pesquisa nesse sentido, porque há centenas de pesquisadores em centenas de instituições outras que, nesses quase cem anos, escreveram variada e multiplamente sobre esses dois momentos de nossa história.

Mas o que se escreveu até hoje sobre os sentidos de 'povo' e 'massa(s)' enquanto termos presentes dos discursos de posse de Getúlio Vargas?

Sabendo que não há o 'novo' na medida em que em alguma medida trazemos o dizer do outro no nosso, mas também sabendo que há a autoria porque nos singularizamos ao dizer,

pesquisamos sobre a questão que delineamos como norte e buscamos trabalhos semelhantes ou próximos do que propomos escrever. Fomos a fontes de instituições acadêmicas reconhecidas nacional e internacionalmente, e os resultados desta busca foi que não encontramos nenhum trabalho igual ou semelhante ao que aqui escrevemos. Consideramos que nosso trabalho apresenta certo ineditismo quando se ocupa em compreender pela Análise de Discurso, a partir do material trazido para análise, o funcionamento de processos discursivos de 'povo' e 'massas' que significam o sujeito constituindo-o em sua posição presidente.

Apesar de nos ater a pesquisar sobre a área de Análise de Discurso, esta pesquisa não obteve muitos resultados sobre a temática pesquisada, ou seja, “sentidos de povo e massa(s) nos discursos de posse de Getúlio Vargas”. Contudo estendemos um pouco mais nossa pesquisa e encontramos assuntos aproximados, porém não semelhantes, em outras áreas, como segue abaixo uma breve síntese comentada.

O que mais se aproximou dessa dissertação foi o trabalho de Roberto Clemente dos Santos (2014), da Universidade Presbiteriana Mackenzie, intitulado "A constituição do sentido nos discursos de Getúlio Vargas numa perspectiva retórica", que, apesar de ser da mesma área e trazer para a análise um *corpus* constituído por vários discursos de Getúlio Vargas, filia-se a linha teórica diferente da nossa para trabalhar a "inter-relação entre a retórica e as estratégias discursivas que se preocupam com a adesão do auditório e com o discurso como responsável pela construção do sentido por meio da manifestação linguística" (SANTOS, 2014, p. 5). A seguir, podemos ler seu resumo.

A presente tese filia-se à linha de pesquisa Procedimentos de constituição dos sentidos do discurso e do texto do programa de pós-graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Surge como fruto dos questionamentos referentes à possibilidade da existência de uma inter-relação entre a retórica e as estratégias discursivas que se preocupam com a adesão do auditório e com o discurso como responsável pela construção do sentido por meio da manifestação linguística. A partir de um procedimento teórico analítico, observando-se a capacidade da retórica e do discurso de agirem simultaneamente no campo interdiscursivo, analisam-se os textos por meio da relação entre a produção de sentido e a persuasão que se concretizam na interação entre os sujeitos. Tem-se como Objetivo Geral analisar não somente a união entre a retórica e o discurso que se preocupam com a produção de sentido, evidenciando a constituição e a posição dos sujeitos nessa construção, mas também o como ela ocorre, o que coloca em cena os Objetivos Específicos, quais sejam: 1) analisar os recursos argumentativos que fundamentam a estrutura do real (exemplo, modelo e antimodelo) por acreditar-se que como elementos retóricos, podem ser

utilizados para desconstrução e reconstrução da opinião pública diante de uma produção de sentido instável e 2) analisar os procedimentos linguísticos na construção e na confirmação de uma imagem retórica como possíveis estratégias discursivas que organizam a linha de raciocínio do orador como a dêixis eu-tu-aqui-agora. Para tanto, selecionaram-se como corpora, os discursos do presidente Getúlio Dornelles Vargas, os quais foram selecionados de acordo com o contexto histórico no que tange aos posicionamentos decisivos de sua carreira política: o primeiro discurso expõe a plataforma da Aliança Liberal na campanha para as eleições de 1º de março de 1930; o segundo que apresenta o sujeito enunciador, explica as razões do golpe de Estado e da Nova Constituição; o terceiro, que define o sujeito enunciador como o candidato do povo, e não dos partidos; e o último que revela os possíveis motivos da morte do estadista. Nesses discursos, serão aplicadas as categorias mencionadas a seguir: no campo retórico, analisam-se os argumentos que fundamentam a estrutura do real e no aspecto discursivo as dêixis de pessoa, espaço e lugar. Nossos resultados apontam para a maneira como o exemplo, o modelo e o antimodelo, na perspectiva retórica, e os dêiticos de pessoa, espaço e lugar na perspectiva discursiva, estão imbricados de modo a construir o cenário interpretativo e, conseqüentemente, o desenvolvimento da persuasão nos textos do sujeito enunciador (Getúlio Vargas). (SANTOS, 2014, p. 5)

Na sequência da busca por outros trabalhos que se aproximassem do nosso, encontramos, em áreas afins, trabalhos como o da pesquisadora Emiliana Vargas (2007) da Universidade Federal de Santa Catarina, na área das ciências sociais, intitulado "Os discursos de Vargas e as políticas sociais no Brasil de 1930 a 1940", que analisa os discursos de Vargas no que se refere às políticas sociais, apontando para um contexto internacional, e realiza um resgate histórico entre as décadas de 30 e 40. Neste trabalho, de acordo com o que resume a pesquisadora, "pode-se destacar que o período proposto pela pesquisa num primeiro momento representou a derrubada das oligarquias rurais do poder político e em seguida iniciou-se o surgimento de uma relação entre Estado e a população trabalhadora. Através dos discursos pode-se enfatizar a questão do desenvolvimento econômico que impulsionou a construção de uma legislação social voltada a profissões regulamentadas; as políticas sociais que não contemplavam a garantia dos direitos sociais, pois, o cidadão, para acessar tais políticas, deveria inserir-se no processo de produção e a regulação da participação da sociedade, através dos sindicatos que eram coordenados por pessoas de confiança do Presidente" (VARGAS, 2007, p. 8).

Ainda perseverantes de encontrar algum trabalho que estivesse em consonância com nosso objeto de pesquisa, fomos à área da história e encontramos um trabalho cujo tema se aproxima e ao mesmo tempo apenas tangencia o que buscamos compreender em nossa pesquisa. Este trabalho é intitulado "Participação política nos discursos opositoristas a

Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai): 1930/1942" e é de autoria de Carlos Roberto da Rosa Rangel (2007), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que, nessa tese, compara os discursos oposicionistas aos governos centralizadores de Gabriel Terra (Uruguai) e Getúlio Vargas (Brasil) mostrando as alternativas de participação política definidas nestes discursos. A seguir, apresentamos seu resumo.

A década de 1930, no Brasil e no Uruguai, caracterizou-se pela crise do modelo liberal de participação política partidário-eleitoral. Para tal propósito, destacou-se duas correntes ideológicas, a liberal e a marxista, e para cada corrente explorou-se o discurso revolucionário e o partidário-eleitoral. Valendo-se do método comparativo por contraste, demonstrou-se que os grupos oposicionistas a Gabriel Terra, de feição liberal e marxista forçaram o retorno às instituições partidário-eleitorais (anteriores ao golpe de estado de 1933) com mais rapidez que o caso brasileiro. No Brasil, diferente do que ocorria no Uruguai, o regionalismo político, a radicalização do discurso revolucionário, a fragilidade dos partidos políticos, a tendência autoritária do governo federal, o descaso pela ordem constitucional, a fraca experiência eleitoral da Primeira República (1889-1930) e a ausência de táticas de engajamento e mobilização popular eficientes, por parte dos opositores, conduziu para o colapso das instituições partidário-eleitorais em novembro de 1937. O contraste dos dois casos nacionais demonstrou um ciclo de queda e retorno da democracia liberal ao tempo que a opção revolucionária teve ciclo de sentido inverso, ascendendo nos primeiros anos da década de 1930 para depois declinar até seu esgotamento nos primeiros anos da década de 1940. (RANGEL, 2007, p. 4)

Outro trabalho pesquisado, percorre a área da linguagem com realização de análises do material pesquisado, porém em outra linha teórica de pesquisa, ou seja, segue a linha da Análise Crítica de Discurso (ACD). Essa tese de Nilton César Nicola (2016), defendida na Universidade Estadual de São Paulo, e intitulada "Análise crítica da carta-testamento de Getúlio Vargas: uma abordagem inter/transdisciplinar" discorre sobre o estudo das estruturas sócio-econômico-políticas de um determinado momento histórico brasileiro, e utiliza uma análise inter/transdisciplinar, tendo como eixo epistemológico a Linguística Crítica da carta-testamento deixada pelo político gaúcho Getúlio Dornelles Vargas. A seguir, apresentamos seu resumo.

Numa abordagem inter/transdisciplinar, pretende-se pesquisar como é possível articular-se a Análise Crítica do Discurso (ACD) ao estudo das estruturas sócio-econômico-políticas de um determinado momento histórico, no caso, o brasileiro, da segunda metade do século XX. A carta-testamento deixada pelo político gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, então presidente da República, por ocasião de seu suicídio, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro,

em 24 de agosto de 1954, constitui-se em objeto privilegiado para uma análise inter/transdisciplinar, tendo como eixo epistemológico a Linguística Crítica. Buscou-se na presente análise, embasamento teórico nas contribuições de estudiosos como Norman Fairclough, Teun A. van Dijk, Michael A.K. Halliday, entre outros. As ideias de Edgar Morin, teórico do pensamento complexo enriqueceram a parte do trabalho relativa à abordagem inter/transdisciplinar. As reflexões de Hilton Japiassu sobre o papel da abordagem inter/transdisciplinar nas pesquisas científicas foram também incorporadas. Recorreu-se, além disso, ao estudo do ethos discursivo, outro elemento norteador do trabalho. Com base nos referidos fundamentos, objetivou-se fazer uma análise linguística, social e política da carta-testamento, firmada pelo enunciador (Getúlio Vargas), cuja construção revela vontade de dominação e instrumentalização política do enunciatário (o povo brasileiro). As categorias abordadas foram a histórica, a emocional, a mística, a linguística, e a do ethos discursivo de Vargas. Teve-se em mira configurar, assim, a factibilidade do diálogo da linguística com teorias sociais, de forma inter/transdisciplinar e contextualizadora. Nesse sentido, pode-se também dizer que limitar a ACD à análise da linguagem (fugindo, aliás, a seus pressupostos) é prejudicial a uma visão de conjunto em que os sistemas de signos socialmente constituídos encontram-se integrados. Conclui-se pelo diálogo possível e necessário entre a ACD e uma abordagem inter/transdisciplinar profunda do discurso, que leve em consideração o contexto da produção, o discurso como prática social, e como as relações de poder, dominação e controle podem estabelecer-se e manter-se através de formas diferentes de linguagem. (NICOLA, 2016, p. 7)

Buscamos outros trabalhos acadêmicos nos repositórios digitais de dissertação e teses da Universidade de São Paulo, Unicamp, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina e Mackenzie, além de artigos na Scielo, e encontramos como resultado alguns trabalhos paralelos ao nosso no que tange ao sujeito Getúlio Vargas ao tratar de política, história, economia e sociologia, mas não no que tange aos processos discursivos de "povo e 'massa(s)'" nos dois discursos citados neste trabalho.

Sendo assim, tudo que escrevemos é sobre a pesquisa que fizemos, buscando responder as perguntas, ou melhor, compreender as consequências às perguntas que lhe deram contorno e a sustentaram com base nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, e nos de seus grupos de analistas de discurso.

Ao pensar em escrever sobre os discursos de Getúlio Vargas, buscamos restringir a pesquisa aos termos 'povo' e 'massa(s)', e os sentidos que estas produzem em dois momentos históricos que marcaram não só a vida do sujeito presidente, mas de todo um povo no contexto histórico que pode ser conhecido ou reconhecido com nação.

Assim, justificamos nossa escolha do tema pela falta – não encontramos trabalhos de pesquisa que tratassem dos processos discursivos dos termos 'povo'/'massa(s)' nos discursos de posse de Getúlio Vargas; e justificamos pela teoria – foi possível dar visibilidade às noções discursivas que permitiram ler, suspender os sentidos, compreender discursivamente o funcionamento dos termos 'povo'/'massa(s)' na relação com o sujeito que os enuncia em condições históricas de produção específicas.

Posto isso, lembramos algumas considerações teóricas a serem feitas, já que nos propomos a trabalhar com uma teoria do discurso, Análise de Discurso materialista, que compreende que sujeito e sentido se constituem mutuamente; sujeito e língua e história se imbricam de forma também constitutiva; o sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente; e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação, considerando ainda que a ideologia se materializa no discurso e que o discurso, por sua vez, se materializa na superfície linguística – língua –; e que esse sujeito para ser sujeito da língua precisa estar sujeito à língua para dizer; então, tomar o discurso como lugar de observação dos sentidos e do(s) sujeito(s) é, nessa teoria, um modo produtivo de compreender os processos de produção de sentido que nosso objeto venha a nos propor.

Observamos ainda que o discurso tem sua ordem própria, e, pensado como tal, distingue-se da língua, mas a supõe como base material. Os sentidos se produzem enquanto efeitos nessa ordem. E, nela também, os sujeitos se significam e fazem significar. O discurso tem a língua como condição de possibilidade, lugar de sua materialidade. De outra forma dito, a língua constitui a superfície material em que se efetivam os processos discursivos, nos quais se produzem os efeitos de sentido.

A Análise de Discurso com que trabalhamos é uma teoria proposta pelo francês Michel Pêcheux em que a linguagem é pensada em sua prática, com a divisão política de sentidos, e que os sentidos se movem de acordo com quem os emprega, quando os emprega, como os emprega; mas, nessa produção de sentidos, Pêcheux nos adverte de que esse sujeito que diz tem a ilusão de dizer de forma clara, convincente, e de que, ao dizer, é a origem do que diz, porque, nessa ilusão, a língua é considerada como um instrumento ou um código, ou seja, que pode ser usada ou que permite escolhas conscientes quando e como o sujeito quiser, já que, nessa evidência do instrumento, a língua parece ser mensurável, sistematizável, num conjunto de regras formais, enumeráveis.

Nesta teoria-método, o sujeito é analisado não como um sujeito de carne e osso, mas como uma categoria, constituído pela história, interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente, ao mesmo tempo sujeito à língua e sujeito de linguagem para poder dizer a partir de suas posições no discurso.

Na Análise de Discurso materialista, na qual nos inscrevemos, o encontro de três áreas – linguística, materialismo histórico, teoria do discurso – em seus limites e fronteiras se dá numa relação de entremeio, sendo ainda atravessadas pela teoria psicanalítica.

Da Linguística, a Análise de Discurso reterritorializa a noção de estudo sintático e das enunciações, considerando a língua como um sistema (Saussure) aberto e relativamente determinado, considerando aí a inscrição da subjetividade da linguagem, ou seja, o modo como o indivíduo se constitui como sujeito na e pela linguagem, e materializa a categoria de sujeito como posição no discurso, no momento em que ele se apropria da linguagem para dizer 'eu' (Benveniste); a isso, Pêcheux (1988) vai formular como "sujeito do discurso [que] não se pertence, ele se constitui do esquecimento daquilo que o determina", pela interpelação ideológica em seu próprio discurso, filiado à formações discursivas com dominante que o mobilizam a dizer.

Do materialismo histórico, a Análise de Discurso reterritorializa a noção de ideologia, não como mascaramento ou ocultação do real, mas como mecanismo de produção de evidências; a noção de formações sociais, em que as relações as constituem e apontam para a materialidade das condições de existência dessas formações e das práticas sociais, políticas, científicas, etc.; de condições de produção em que estão aí incluídos os sujeitos, a situação discursiva (as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato e o contexto sócio-histórico ideológico, a memória discursiva, o interdiscurso); e a noção de história como historicidade, abandonando a noção de origem e de tempo cronológico, em que é preciso considerar-se a opacidade da materialidade ali presente, frente ao sujeito e à maneira de dizer sobre e de algo.

A teoria do discurso considera a determinação histórica dos processos semânticos, em que o indivíduo é interpelado pela ideologia e é levado a se identificar com uma formação discursiva dominante.

E com relação à formação discursiva, podemos dizer com Orlandi e Pêcheux que este é outro conceito discursivo que formula sobre o lugar de articulação entre língua e discurso. Desse modo, dizemos que as palavras, expressões, termos, dizeres ganham sentido a partir da formação discursiva na qual são produzidos. É na relação entre sujeito, língua e ideologia que

o conceito de Formação Discursiva se formula. Uma formação discursiva é um espaço de embates, de lutas por sentidos, em que "determina o que pode e deve ser dito (articulando sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc) a partir de uma posição dada numa conjuntura" (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p.166). Essa formação discursiva é filiada a uma formação ideológica, conjunto complexo de várias formações discursivas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas, uma vez que a formação ideológica é composta por uma ou várias formações discursivas interligadas.

Todo esse conjunto conceitual é atravessado pela teoria psicanalítica em seu conceito de sujeito do inconsciente, considerando que o sujeito da Análise de Discurso é cindido, pois ao dizer, diz mais do que quer, diz menos do que quer, diz outra coisa, diz algo parecido, diz o contrário (MILLER, 2005).

Michel Pêcheux apresenta em seus textos questionamentos e deslocamentos teóricos, formulando que se torna impossível analisar um discurso simplesmente como um texto. Pêcheux propõe uma abordagem distinta em relação à língua e à linguagem, considerando que é preciso compreender a materialização do discurso na língua e a materialização da ideologia no discurso, o que desloca o modo de funcionamento da língua, da história e da ideologia em suas relações de constituição, ou seja, há um trabalho simbólico na/pela língua que afeta o sujeito em suas práticas sociais.

Nos estudos da Análise de Discurso, a noção de discurso não se configura como um simples dizer, como fala, mas o discurso se constitui como uma prática político-ideológica, que aponta para a significação do sujeito no mundo e do sujeito sobre o mundo e sobre si mesmo. Assim, não existe ser sujeito fora da ideologia, fora da linguagem, se é sujeito a e sujeito de linguagem, pela linguagem, interpelado ideologicamente, e afetado pelo inconsciente. Sujeitos condenados a interpretar, a dar sentido a tudo que o cerca e o constitui enquanto tal.

Sobre o lugar da interpretação, Orlandi (1999, p. 57) escreve:

A análise de discurso não procura o sentido 'verdadeiro', mas o real sentido em sua materialidade linguística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo. Todo enunciado, dirá Michel Pêcheux é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação. Ele é sempre

suscetível de ser/tornar-se outro. Esse lugar do enunciado é o lugar da interpretação, da manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos. É também em relação a interpretação que podemos considerar interdiscurso (o exterior) com a alteridade discursiva: ‘é porque há o outro nas sociedades e na história, diz Pêcheux, correspondente a este outro linguareiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as ligações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes. (ORLANDI, 1999, p. 57)

A Análise de Discurso considera constitutivos do discurso, a língua, o sujeito e a história. A materialidade linguística se constitui pela historicidade sendo o ponto de onde se observa o funcionamento das relações entre a língua e ideologia, e o ponto em que se estuda o funcionamento do mecanismo de produção dos sentidos.

A ideologia é a função necessária da relação entre linguagem e mundo, nisto Orlandi (1999, p. 45) propõe pensar sobre a interpelação da ideologia como se segue:

Para pensarmos a ideologia, nessa perspectiva, pensamos a interpretação. Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante. Daí resulta que a intervenção é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições. Ela não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. Ela é “garantida” pela memória, sob dois aspectos: a. a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela; b. a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo). O gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (interdiscurso), podendo assim tanto estabilizar como deslocar sentidos. Ser determinada não significa ser (necessariamente) imóvel. (ORLANDI, 1999, p. 45)

Assim, com a Análise de Discurso pode-se ver a funcionamento da linguagem no discurso, ou seja, como as marcas e os indícios de língua materializam o processo discursivo pela historicidade apontando a posição sujeito em jogo no dizer. Isso possibilita a compreensão de um texto e suas produções de sentidos, como ele se inscreveu na história e como esta se materializou na superfície intralinguística. Daí o discurso constituir um lugar social como um lugar de disputa por sentidos, de confronto, de litígio por interpretação.

Neste trabalho, analisamos discursivamente essas textualidades (textos dos discursos de posse) propostas para buscar compreender não só a razão da nossa pergunta inicial, e das outras dela derivadas, mas também para pensar a possibilidade de respostas a ela, posto que também outros sentidos de *o povo/as massa(s)* podem deslizar nos textos.

Sabemos que a teoria da Análise de Discurso não busca por regras categóricas na materialidade dos enunciados, nem pela verdade absoluta, porque visa a pensar os sentidos dimensionando-os no tempo-espaço das práticas languageiras dos sujeitos.

Nem tampouco se pode achar que essa teoria usa um método científico que consiste em observar fatos que permitem ao observador descobrir leis gerais que presidem estes fatos, levando em consideração três procedimentos: a observação, a hipótese e a experimentação. Porque só isso não dá conta de compreender os efeitos de sentido. É preciso lançar mão da complexa relação de constituição entre sujeito, língua e história. O método em Análise de Discurso não é da ordem da aplicação e consequentes resultados. Cada objeto teórico é construído a partir da pergunta do analista, que leva em consideração a historicidade, o político e o ideológico constitutivo daquele objeto a ser analisado (BRANCO, 2013).

Para o desenvolvimento de nosso trabalho, sustentamo-nos em formulações de analistas do discurso também autores no campo da Análise de Discurso e em outras de áreas afins, conforme pode ser verificado na bibliografia, como meio de tentar compreender as perguntas constitutivas do objeto da pesquisa e as que surgiram durante o trabalho; mas não esquecendo de que retornamos, na maioria das vezes, a textos fundadores, como os de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, porque além de terem um vasto conhecimento e reconhecimento na Análise de Discurso, em que cada um, em seu tempo, formulou e fez avançar a teoria, é a partir deles que conseguimos buscar compreender as questões que movem nosso trabalho por já estarmos sendo interpelados como analistas que pensamos ser.

E, ao analisar os discursos de posse do sujeito na posição de presidente do Brasil nos dois momentos já apontados, é preciso sabermos que também estamos levando em consideração pensar em suas possíveis contradições, já que não podemos compreender como opostos tais momentos e tais posições sujeito.

Assim, buscamos compreender o que o sujeito governante imagina ser 'as massas'/o povo', e/ou como ele acredita que seja possível controlar a direção dos sentidos, ao observarmos essas marcas materializadas em seus discursos de posse aqui analisados.

2. Sentido, sujeito e ideologia na construção do discurso

Retomamos aqui o modo como a Análise de Discurso compreende a noção de sujeito. Podemos definir sujeito como efeito, um efeito ideológico elementar, a primeira evidência como nos observa Althusser, ou seja, o indivíduo que, pela interpelação ideológica, se reconhece como 'eu'. Althusser (1985) observa que o sujeito concreto é sempre resultado da interpelação de indivíduos concretos. Aqui, Althusser é claro em seu desenvolvimento, o sujeito é condição de existência da ideologia, ao mesmo tempo em que a ideologia interpela indivíduos para que se tornem sujeitos. Ao falar em sentido, sentido 'povo', sentido 'massa', ou 'massas', faz-se importante falar sobre sentido sujeito, ou seja, as produções de sentido das palavras antes ditas, já que é um trabalho contínuo da linguagem no simbólico e da história, e neste pode-se pensar nas condições de produção e não da criatividade, já que a criatividade de acordo com Orlandi (2009) “implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua, interrompem assim sentidos diferentes” (p.35). O que não consideramos como sendo o caso aqui, isto é, os efeitos do sentido de 'povo'/massa(s)' parecem direcionar para o senso comum, qual seja, o 'total dos cidadãos de uma nação', 'um todo indistinto'.

No entanto para compreender o sujeito é necessário saber como o objeto simbólico, ou seja, o enunciado produz sentidos, pois, na Análise de Discurso, o sentido não é algo em si, mas em relação a algo/alguém, e o estudo do discurso resulta numa posição em relação a outras, à leitura de outras, ou seja, à interpretação e à relação do sujeito com o sentido, que está na relação da língua com a história, já que o discurso é lido e pensado como efeito de sentidos entre interlocutores (PÊCHEUX).

O sujeito é chamado à existência pela interpelação ideológica, pois a ideologia evidencia o sujeito, apaga o indivíduo, e o chama para a realidade como um sistema de significações percebidas e experimentadas, já que a ideologia é a relação necessária entre a linguagem e o mundo, e coloca o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência, produzindo uma rede de evidências que constitui o sujeito.

Para Orlandi (2009), “para pensarmos a ideologia, nessa perspectiva, pensamos a interpretação” (ORLANDI, 2009, p.45), assim, a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. E, então, Orlandi (2009) continua:

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e consciente estão materialmente ligados. Pela língua, pelo processo que acabamos de descrever. (ORLANDI, 2009, p. 45)

Mas se não há sujeito sem ideologia, podemos pensar que o sujeito que enuncia os discursos aqui apresentados foi interpelado pela ideologia que o constitui. Aqui já faz pensar sobre a condição deste pensar que pode ou não influenciar o outro/outros considerado(s) 'povo', já que para o sujeito que toma como evidente a existência de um objeto como 'povo', é como se houvesse um outro, o 'povo' também interpelado pela ideologia antes mesmo de pensar que é 'povo'. E nisto Orlandi conclui:

Para pensarmos a ideologia, nessa perspectiva, pensamos a interpretação. Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante. Daí resulta que a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições. Ela não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. Ela é “garantida” pela memória, sob dois aspectos: a. a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela; b. a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo). O gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (interdiscurso), podendo assim tanto estabilizar como deslocar sentidos. Ser determinada não significa ser (necessariamente) imóvel. (ORLANDI, 2009, p. 45)

Sendo assim, buscamos compreender a inscrição dos sujeitos em diferentes formações ideológicas e discursivas, daí no discurso tratarmos de posição sujeito, ou seja, o sujeito ideológico que é interpelado, sob a evidência, num processo da interpelação-identificação, sob diversas formas, mas que acha que reconhece sua posição no discurso, no dizer.

O efeito ideológico, ao se produzirem dizeres, faz funcionar um dispositivo de (re)tomada de posição do sujeito que produz evidências que fazem parecer que uma palavra ou um enunciado diga o que realmente quer dizer, propondo uma transparência na linguagem.

Um exemplo disso, no nosso caso do sujeito Getúlio Vargas, está no modo como nos discursos referidos neste trabalho, é evidente para essa posição sujeito presidente o que é 'povo', uma unidade totalizante, um objeto homogêneo, ou seja, ao significar desse modo e não de outro, filia-se a uma formação ideológica a partir de uma formação discursiva dominante que determina para ele o que é 'povo'/'massa(s)'.

Logo, ao enunciar da posição presidente, nesse momento da história da nação e de sua história enquanto sujeito filiado a um partido político nacional, produz-se o jogo no processo sócio-histórico em que suas palavras, expressões e proposições são produzidas a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, e mudam de sentido de acordo com as posições sustentadas por quem as emprega.

Para Pêcheux (1975), “isso equivale a afirmar que as palavras, expressões e proposições etc., recebem seu sentido na formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-o ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formas discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (p.147). Assim, é importante lembramos que o sujeito de seu discurso, sendo este o sujeito discursivo, é pensado como posição na forma-sujeito que se encontra interpelado.

De acordo com Orlandi (2009) é preciso acrescentar a noção de ‘sujeito-de-direito’ para distinguir do indivíduo, pois “a forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contando que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento”. (ORLANDI, 2009, p.48)

Então, na relação da língua com a ideologia o sujeito cria um ideal de completude em seu imaginário, acreditando ter posse de suas palavras e de seus sentidos, como se elas se originassem nele. A forma sujeito-de-direito, ou sujeito jurídico determina o que diz pela sua relação com os sentidos como são apresentados.

Sobre essa forma de sujeito-de-direito, Orlandi (2009) ainda expressa:

O sujeito-de-direito não é uma entidade psicológica, ele é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista. Em consequência, há determinação do sujeito mas há ao mesmo tempo, processos de

individualização do sujeito pelo Estado. Este processo é fundamental no capitalismo para que se possa governar.

Submetendo o sujeito mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade. Na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito. É aí que sustenta a noção de literalidade: o do sentido literal, na concepção linguística imanente, é aquele que uma palavra tem independentemente de seu uso em qualquer contexto. Daí seu caráter básico, discreto, inerente, abstrato e geral. No entanto, se levamos em conta, como na Análise de Discurso, a ideologia, somos capazes de aprender, de forma crítica, a ilusão que está na base do estatuto primitivo da literalidade: o fato de que ele é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder. O falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há um sentido único e prévio, mas sim um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso. (ORLANDI, 2009, p. 49-50)

Assim, a ideologia tem sua função na interpelação dos sujeitos, e a formação discursiva dominante, que aparece determinando o sujeito, produzem a constituição da forma-sujeito de direito no interdiscurso, ou seja, como formula Lacan (1979) “o sujeito só é sujeito por seu assujeitamento ao campo do Outro, o sujeito provém de seu assujeitamento sincrônico a esse campo do Outro” (LACAN, 1979, p. 178).

Pêcheux (1975) coloca que a forma-sujeito é um funcionamento espontâneo do idealismo e não de uma posição epistemológica, pois dá como essência real aquilo que constitui o efeito sujeito, e sua dominação se dá no interdiscurso que o determina. Assim, diz:

Somos, assim, levados a examinar as propriedades discursivas da forma-sujeito, do “Ego-imaginário”, como “sujeito do discurso”. Já observamos que o sujeito constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1975, p. 150)

O discurso do sujeito dissimula para ele a produção de sentido, que, de acordo com Pêcheux (1975),

é fácil mostrar que a concepção do pensamento como ‘atividade criadora’ é o prolongamento espontâneo (sob forma de uma teoria estetista do conhecimento) do idealismo inerente à forma-sujeito. A partir do momento em que “o ponto de vista cria o objeto”, toda noção e, do mesmo modo, todo conceito aparecem como ficções cômodas, “maneiras de falar” que põem em dúvida, ao se multiplicarem os seres fictícios e os mundos possíveis, a existência independente do real como exterior ao sujeito. (PÊCHEUX, 1975, p. 157)

Porém não podemos nos esquecer de que há um esquecimento para o assujeitamento ideológico que toma aquilo que fora pré-construído como natural, pois o sujeito esquece o que o determina para levá-lo ao lugar que ocupa, marcando aí o modo como o sujeito é afetado pelo inconsciente que o divide, o dizer do Outro que o constitui.

Pêcheux (1975), conforme colocado a seguir, fala sobre o que marca o inconsciente e as posições do sujeito, enquanto sujeito falante, permitindo a tomada de decisão, como vemos:

Diremos que a marca do inconsciente como “discurso do Outro” designa no sujeito a presença eficaz do “Sujeito”, que faz com que todo sujeito “funcione”, isto é, tome posição, “em total consciência e em total liberdade”, tome iniciativas pelas quais se torna “responsável” como autor de seus atos etc., e as noções de asserção e de enunciação estão aí para designar, no domínio da “língua”, os atos de tomada de posição do sujeito, enquanto sujeito-falante.

O que precede nos permite dizer que a noção de “ato de linguagem” traduz, de fato, o desconhecimento da determinação do sujeito no discurso. Permite, ainda, dizer que, na verdade, a tomada de posição não é, de modo algum, concebível como um “ato originário” do sujeito-falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da “exterioridade” do real ideológico-discursivo, na medida em que ela “se volta sobre si mesma” para se atravessar. Nessas condições, a tomada de posição se resulta de um retorno do “Sujeito” no sujeito, de modo que não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo que ele “toma consciência” e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus “semelhantes” e com o “Sujeito”. O “desdobramento” do sujeito – como “tomada de consciência” de seus “objetos” – é uma reduplicação da identificação, precisamente na medida em que ele designa o engodo dessa impossível construção da exterioridade no próprio interior do sujeito. (PÊCHEUX, 1975, p. 159-160)

Enfim, podemos dizer que o discurso é a palavra em movimento necessária para constituir o homem e sua história, desempenhando um trabalho simbólico para a produção da existência humana, e no discurso podemos observar a relação entre a língua e o movimento da ideologia, pois não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia.

Conversando com o tema do nosso trabalho, podemos dizer que os discursos aqui colocados em análise em sua materialidade linguística são dizeres que devem ser relacionados às suas condições de produção, pois podem remeter a diferentes formações discursivas por diferentes posições-sujeito, resultando em uma teia de diferentes fios discursivos que determinam a materialidade linguística e sentidos outros, produzidos por um sujeito ideologicamente atravessado e interpelado por vozes diferentes de outras formações discursivas.

2.1 O sujeito Getúlio Vargas e suas posições discursivas na história

O sujeito em questão, cujos discursos de posse foram analisados aqui, chama-se Getúlio Dornelles Vargas, nascido na cidade de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1882, e falecido em 24 de agosto de 1954, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), no Palácio do Catete, Bairro do Catete.

Vargas, nome pelo qual ficou conhecido, foi presidente da República Federativa do Brasil entre os anos de 1930 a 1945 em seu primeiro mandato, e de 1951 a 1954 no seu segundo mandato, se tornando assim, o presidente que mais tempo governou o Brasil. Os quinze anos do primeiro governo de Vargas e os três anos do segundo governo se definiram, e se estruturaram pelo nacionalismo e pelo populismo, segundo pesquisas históricas.

Abrimos aqui um parêntese para observar sobre o termo populismo, já que ele aponta para o termo 'povo'/'massa(s)' que trazemos para as análises. Achamos importante apontar o que Werneck Sodré nos alerta sobre o conceito sociológico de 'populismo', já que, como sabemos, discursivamente, os sentidos mudam para o conceito, dependendo da filiação político-ideológica do sujeito que o enuncie. O autor nos diz que há dois principais sentidos que se antagonizam. Um dos efeitos de sentido que a palavra pode produzir é o de "uma poderosa arma usada como demolidor e desmoralizante tacape para deter o avanço no Brasil das forças populares" (SODRÉ, 1997, p.133). E, nesse caso, a categoria povo é desfigurada e

infamada de modo torpe, tendo sentido genérico "que a desfigura e falseia", pois que "a palavra povo foi colocada para se desdobrar naquilo que a sociologia e a chamada ciência política denominaram populismo" (SODRÉ, 1997, p.133). O outro efeito de sentido é o que considera populismo como uma aliança entre as classes burguesa e a trabalhadora, principalmente o proletariado, visando as chamadas "reformas de base". Segundo Werneck Sodré (1997), "para crescer e para disputar o poder, no Brasil, a burguesia necessitou sempre, permanentemente, do apoio das classes e camadas inferiores que forneciam o trabalho" (SODRÉ, 1997, p.135). Nesse sentido, o autor observa que a categoria povo "é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive" (SODRÉ, 1997, p.166). Na opinião de Werneck Sodré (1997), a Época Vargas foi o momento em que essa aliança pareceu funcionar pela primeira vez no Brasil, trazendo como uma conquista a criação do mercado interno que não poderia ter sido criado sem as condições de produção que se deram nesse período. Mas também, por isso, foi um momento em que a classe senhorial, oligárquica, isto é, um número reduzido de famílias que detinham a propriedade da terra, perdeu. E esses que perderam "se nada queriam com a burguesia, menos ainda com o povo, a que detestavam" (SODRÉ, 1997, p.135).

Logo após comandar a Revolução de 1930, que derrubou o governo de Washington Luís, ele assumiu o poder neste mesmo ano. Sob seu governo foi promulgada a Constituição de 1934.

Em fatos históricos, Getúlio Vargas, no seu período de posição sujeito Chefe de Estado, parece ter levado todo um 'povo' a sentir-se como seguidor das suas palavras.

Getúlio Vargas ao longo da história se posicionou como um homem indecifrável, seu governo, seus atos o deixaram à beira da interpretação das 'massas', ora como herói ora como ditador, ora como herói e ditador, pensando, nesse caso, ser possível, pelo imaginário do sujeito, um objeto como 'povo'/'massa(s)' com o sentido de homogeneidade e univocidade de sentidos sobre algo/alguém.

Em 1937, o presidente Vargas fechou o Congresso Nacional e instalou o Estado Novo, passando a governar com poderes ditatoriais (centralizador e controlador), criando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para fiscalizar e censurar manifestações contrárias a seu governo.

Dos seus feitos, Vargas criou em 1939 a Justiça do Trabalho, e neste conceito pró-trabalhador instituiu o salário mínimo e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além dos

direitos trabalhistas como carteira profissional, semana de trabalho de 48 horas e férias remuneradas, lembrando que a elite oligárquica e as forças armadas também tinham interesses nessa direção.

A área de infraestrutura do país foi bastante beneficiada pelo governo de Vargas, o qual criou no ano de 1940 a Companhia Siderúrgica Nacional, em seguida no ano de 1942 a Vale do Rio Doce, e em 1945 a Hidrelétrica do Vale do São Francisco. No ano de 1938, Vargas criou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Saiu do governo em 1945, após um outro golpe militar.

Em 1950, em seu segundo mandato, Getúlio Vargas voltou ao poder mediante eleições diretas, ditas democráticas, período em que deu continuidade à sua política nacionalista, criando instituições pró-Brasil como a Petrobras.

Em agosto de 1954, Vargas suicidou-se no Palácio do Catete com um tiro no peito. Deixou uma carta testamento com uma frase que entrou para a história: "Deixo a vida para entrar na história". Até hoje, o suicídio de Vargas gera polêmicas. O que sabemos é que seus últimos dias de governo foram marcados por forte pressão política por parte da imprensa e dos militares. Além disso, a situação econômica do país não era boa, fato que gerava muito descontentamento entre o 'povo', conforme a leitura de determinados livros sobre a história do Brasil.

As diversas posições sujeito de Getúlio Vargas levam à construção da sua figura política, como homem de governo, como político na Câmara e no Senado brasileiros, posições-sujeito que se manifestam em seus dizeres apontando para um possível controle, um controle imaginário de outros sujeitos.

3. Os discursos do sujeito político significam como propaganda?

Se refletirmos sobre propaganda no início do século XX e em determinados lugares como os Estados Unidos e alguns países da Europa, podemos interrogar como os discursos que se referem ao contexto econômico e político em sociedades liberais e regimes totalitários significam como propaganda nesses regimes de governo em que acontecem nas enunciações de seus sujeitos tomando posições no discurso político. Essa produção de sentidos para o termo propaganda, no viés da Análise de Discurso, é abordada no texto de Michel Pêcheux intitulado *Foi propaganda mesmo o que você disse?*, ao refletir sobre linguagem, sociedade e sujeito.

O consumo das 'massas' e o desenvolvimento da economia fez com que a propaganda produzisse e fizesse circular ideias (efeitos de sentido) no campo político considerando o posicionamento político e o funcionamento da política e as relações de poder nos discursos da propaganda para a disseminação de ideias gestadas no campo político-partidário para fazer circular termos específicos para fomentar as ideias de classes em ascensão.

Pêcheux referiu ao termo propaganda como as ideologias de Estado e o comportamento das 'massas' mediante o consumo ou o sentido dado por estas.

Freud em sua obra *Psicologia das massas e análise do Eu* estudou teorias envolvendo as condições de fragilidade e manipulação da psique humana, visando elaborar estratégias de formação de consumidores em massa entre o 'povo'; porém esta teoria não está diretamente relacionada às questões da ordem econômica, mas ao sentimento de falta e de relações de transferência, e ao desejo de identificação das classes trabalhadoras com os valores próprios das classes dominantes.

O que se pode perceber é a competição e o desejo de ascensão social e de poder de 'classe(s) social(is)' em uma formação social estruturada pelo consumo e submissa a classes dominantes. Nestas condições de produção do discurso de propaganda do contexto histórico, a linguagem passa a ocupar um lugar central, e assim, reconhece um contexto centro-histórico que se identifica com determinada comunidade sócio-política organizada, e que determina formas de discurso econômicas e emocionais como a propaganda determinada por signos de *slogan* como alicerces para sustentar uma sociedade liberal mediante um acesso de estímulos e instintos primários de desejo de 'consumo em massa'.

Ao ler Pêcheux sobre o processo de produção de sentidos para propaganda, observamos que a propaganda sempre esteve ao serviço das políticas de Estado, pois, de acordo com estudos históricos, a “propaganda” foi desenvolvida na Rússia em 1892 por Plekhanov (um líder intelectual do movimento ‘terra e liberdade’ e um dos precursores do pensamento materialista e dialético) como uma retórica para revolucionários que poderia intervir e mediar reuniões de assembleias comunitárias, reuniões de partidos e reuniões sindicais para evidenciar e argumentar discursos elaborados para serem direcionados aos perfis dos interlocutores.

O termo 'propaganda' refere-se aos domínio de trabalho de ideias e suas forças na construção de determinados efeitos imaginários que utilizam de meios para obter a adesão do 'povo', ou seja, aquele que é visto como classe trabalhadora, com o intuito de persuadi-la e influenciar por valores e/ou princípios de uma nova ideia, que remete ao um novo corpo social, revolucionário, servindo o Estado para influenciar e submeter as massas buscando neutralizar e/ou eliminar forças opositoras mediante argumentos.

Em 1901, na obra *Que fazer?*, Vladimir Lênin observou duas funções de grande importância para garantir um cenário de regime de governo, em que, como primeira função, o propagandista teria como principal papel apresentar, para os ouvintes, inúmeras ideias ,de modo simultâneo, com vistas a tornar complexa a assimilação das mesmas; e, como segunda função, o agitador não menos importante do que o propagandista, teria a função de explicar para os ouvintes a complexidade das ideias expostas pelo propagandista, apontando suas condições. Desse modo, a audiência seria 'influenciada' pelos 'desdobramentos' lógicos e retóricos propostos pelo agitador acerca das ideias do propagandista, no cenário que este construiu (ZANDWAISS, 2019).

Neste contexto a formação de alguns partidos radicais incitam a manipulação psíquica das 'massas' e o desencadear da prática da violência sobre elas, o que muitas vezes é demonstrada na propaganda, ou seja, os efeitos da linguagem da propaganda para gerar sentidos outros e construir efeitos de manipulação e de refração da própria realidade para dizimar classes menos desfavorecidas, lançando mão da linguagem por meio de complexos verbais alinhados a sinais não-verbais para submeter a tirania (ZANDWAISS, 2019).

A propaganda medeia a força das ideias para materializar a formação de uma concepção para as 'massas', através de um desmembramento lexical Estado-nação de nível popular propondo a capacidade receptiva das 'massas' de acordo com o nível intelectual e a capacidade receptiva do 'povo', o que pode e ao mesmo tempo deve se limitar a pouquíssimas

palavras para gerarem melhor compreensão daquilo que se pretende dizer (ZANDWAISS, 2019).

Ao analisar a propaganda e os discursos que são submetidos ou condicionados a um imaginário, podemos compreender como podem transpor a ideia de pátria ou nação para espelhar um modelo que pode apelar ao 'povo' para serem chamados “filhos da pátria”, e assim buscar o compromisso entre o 'povo' e o agente político que representa o Estado, ou a pátria, resultando na eficácia da propaganda (ZANDWAISS, 2019).

Ao compreender as condições de produção das 'massas' conferido às palavras propostas pela propaganda, fatores históricos e valores culturais que fomentam a ideologia assumem significantes que a associam à realidade vivida (ZANDWAISS, 2019).

De acordo com Zandwais (2019, p. 77) em possíveis leituras de Pêcheux no que se refere à “propaganda”, a autora traz a relevância de um estudo realizado por Pêcheux em torno das ideias de Tchakotin no que consiste a ideia de Capital em uma leitura das ideias marxistas, em concordância com os textos de Freud, como se segue:

Trata-se de reconhecer que a fragilidade da condição humana não poderia ser explicada somente por questões de “sobrevivência material,” tais como necessidade de alimentação, moradia, vestuário, reprodução, etc. Seria necessário refletir sobre a pulsão de vida e suas consequências à caracterização dos processos de manipulação.

Sob o ponto de vista lógico, já que nas multidões os sujeitos podem "perder-se de si mesmos", privar-se de suas crenças e interesses pessoais em favor do coletivo, em favor das causas em que acreditam, ou em benefício dos líderes. (ZANDWAISS, 2019, p. 77)

Em seu texto *Foi propaganda mesmo o que você disse?* Pêcheux, traz as performances de líderes, onde estas estão alinhadas a cenas simbólicas que preenchem os espaços de interpretação produzidos pelos discursos em que estes constituem o símbolo-chave capazes de alimentar os desejos de poder das multidões, e faz pensar a 'propaganda' como algo que penetra no âmago de *toda* a sociedade, de *todos* e produz efeitos semelhantes a um 'nocaute', observando as condições de entrega dos indivíduos aos seus desejos.

Para Pêcheux, a propaganda de Estado atuaria como um apelo a uma pulsão que não poderia ter sido relegada a segundo plano pelos materialistas como pulsão de vida, capaz de alimentar o desejo das 'massas' e ao mesmo tempo a ascensão e a longa hegemonia de líderes ao longo da história e o funcionamento de seus discursos no funcionamento da ordem política nas 'massas' e para as 'massas'.

4. 'Massa(s)'/ 'povo' como objeto semântico do sujeito político

Ao pensar nos discursos de Getúlio Vargas propostos neste trabalho, os termos 'povo'/'massa(s)' são lidos como algo que remete ao imaginário, pensado antes em uma totalidade como 'população', na esteira de uma obviedade. Para Pêcheux

falar das massas populares, de mudança política e de revolução, enfim, da história, em termos de pessoas e de coisas, de sujeitos e de objetos, de intenções e do estado das coisas, como algo natural, como distinções transparentes que aparecem na linguagem sem qualquer ambiguidade, é desconsiderar totalmente a constituição essencial ideológica do discurso e do sentido. (PÊCHEUX, [1977] 2011, p. 252)

Contudo, o discurso do sujeito político proporciona mudanças políticas, na política do performativo, pois a política tem efeitos na linguagem, e de acordo com Pêcheux não são efeitos desconexos, porém se faz necessário retomar o contexto histórico.

Uma mudança política profunda na sociedade não acontece sem problemas e contradições, devido à persistência do reformismo.

Pêcheux trata da política das massas como política advertindo para o sentido não-burguês da expressão e, ao mesmo tempo, observando o sentido burguês da mesma no par semântico pessoa/coisa que parece ocorrer sem problemas aparentes nos enunciados da vida cotidiana, já que *massas populares* em seu processo discursivo pode significar mudança política e histórica ao produzir efeitos na materialidade da língua, efeitos conexos que determinam histórico-politicamente os sentidos daquele que fala e para quem fala.

Na política partidária, alianças não acontecem sem problemas e/ou contradições, devido à persistência/resistência da forma de pensar de cada corrente e pela adaptação mediante às tomadas de decisão de cada partido.

No texto *As massas populares são um objeto inanimado?* Pêcheux descreve um caso em que se apresenta um texto modificado de propósito a um grupo de 50 jovens universitários, em que cada grupo de 25 jovens recebera textos com notas diferentes, pois o primeiro parecia ter sido escrito por economistas de esquerda, e o segundo ter sido escrito por economistas de direita, com o qual a burguesia daquele momento se identificava. Um ponto importante é que questões de homogeneidade experimental estavam descartadas já que todos pertenciam à classe da burguesia intelectual francesa. Tomou-se cuidado durante o

experimento com a possibilidade de não gerar qualquer possibilidade de induzir ou manipular a forma de pensar destes jovens. Como resultado deste experimento, recebeu dos dois grupos resumos que remetiam a um mesmo texto inicial, mas com *corpus* de posições de esquerda e de direita.

Para Pêcheux as análises dos resumos feitos pelos 50 jovens universitários pareciam levar a uma conclusão negativa, em que a distribuição dos itens lexicais se mostrava quase idêntica nos dois *corpora*, e nem uma diferença podia ser identificada ao nível sintático (PÊCHEUX, 2011).

Essas diferenças parecem estar em como as palavras, expressões, enunciados funcionavam em cada *corpus*, com referências de ideologia e política diferentes, possibilitando características semânticas e argumentativas em dois *corpora*.

Para entender melhor estas questões Pêcheux utilizou o método de Análise Automática de Discurso (AAD) em que eram necessários a análise de algumas palavras, visando tirar as consequências prático-analítica, e que levava em conta novas possibilidades linguísticas como parâmetro, ou seja, analisar um texto estável com uma série de enunciados que parafraseava a si próprio, proporcionando sentidos outros, considerando a existência de uma ou várias formações discursivas que dominavam o texto como um todo, naquilo que se repete.

Ao analisar os discursos permitia então comparar os discursos e a composição de cada *corpus* pela sobreposição de elemento por elemento e uma estrutura que permite a possibilidade de reconhecer relações de equivalência ou a implicação proposital, sinonímica e de contradição que leva à produção de classes e sequências a serem comparadas.

Antes de tudo a Análise de Discurso precisa da linguística, pois cada discurso precisa ser linguisticamente linearizado e transformado em uma estrutura gráfica que estabelece uma ordenação entre os enunciados, porém é uma condição necessária, mas não suficiente.

Ao utilizar a AAD, Pêcheux escreveu sobre servir-se de análise de dados como algoritmos que tratam de averiguar as correspondências sintáticas e lexicais, mediante as sequências dos domínios semânticos extraídos de diversos *corpus*, dos quais estas sequências podem ser extraídas como sinonímia, metonímia, ou paráfrase, e assim os algoritmos calculam as relações de intersecção, inclusão e dependência textual.

Assim, para Pêcheux, a análise de conteúdo ou estudo semiológico, embora envolva relações de identificação e análise parafrástica, é apenas uma análise de argumentos do texto, pois o referido do texto não deveria ser analisado ou mesmo entendido como uma única leitura, com um único sentido, pois na mesma tarefa linguística de analisar a estrutura da

superfície do discurso, há a necessidade de analisar as condições ideológicas envolvidas que remetem ao funcionamento das formações discursivas, já que faz-se necessário reconhecer as pressuposições, hipóteses e postulados que sustentam a formação de dois *corpora* que se diferenciam em mesmo momento da história como foi o caso dos resultados apresentados pelos dois grupos de universitários supracitados. Enquanto pesquisadores constituem em si a hipótese política e ideológica que envolve a justaposição deliberada em três ambiguidades, ou seja, a própria ambiguidade do texto, a da autoria atribuída ao texto e a da posição de classe do pesquisador, neste caso, se tratava da pequena burguesia, o que pode-se analisar como os resultados de pesquisas em Análise de Discurso são sempre atravessados pela ideologia de quem analisa e ao mesmo tempo pelas diferentes formações discursivas, que levam às hipóteses linguísticas e às pressuposições semânticas e sintáticas.

Na AAD, o algoritmo calcula blocos parafrásticos ou de domínio em que os resultados foram manualmente organizados pela distinção de substituições não-orientadas (sinonímia) das substituições orientadas (não-sinonímia) de um tipo implicativo.

Na análise dos textos entregues para os jovens sobre uma forma contraditória e restritiva, o domínio explica a confusão de ideias, o que para Pêcheux “ilustra como, na posição entre o *corpus* da ‘direita’ e o *corpus* da ‘esquerda’, o discurso da direita intervém no da esquerda para limitá-lo e invertê-lo em suas formas e seus conteúdos, o que é um dos sinais mais característicos do reformismo na luta política e ideológica” (PÊCHEUX, 2011, p. 264).

Assim, os resultados sintomáticos da crise estão em dois processos opostos, onde por um lado está a solução burguesa que gerencia a crise, e por outro lado, o início de uma possível transformação revolucionária invocada pela classe trabalhadora, ou forças políticas de esquerda.

Ao fazer a análise, no que se refere ao poder de Estado e posições de classe, percebe-se uma oscilação entre direita e esquerda, a classe intelectual da pequena burguesia, transformações radicais em uma estrutura política em relação ao poder de Estado, e propostas que sugerem o comportamento político de um governo na tentativa de transformação deste Estado pelo poder imposto.

Assim, ao analisar os processos discursivos da estrutura tanto de direita quanto de esquerda, a AAD observa dois domínios demonstrados nos algoritmos, a origem e o destino que consiste na trama dos discursos, pois ambos estão conectados por caminhos diretos, e que dão existência a vários caminhos diferentes na estrutura linear a ser analisada, pois, ao

observar uma estrutura discursiva, percebe-se que são compostas de linhas de argumentação desconexas e por vezes contraditórias, o que sugere muitas possibilidades de conclusões.

Conforme já afirmamos, palavra, expressões e enunciados produzem diferentes sentidos de acordo com a posição da qual são enunciados. Concluimos que não há leitura objetiva de um texto político, porque não há senso comum no que se refere à política, pois a história, ou seja, no que tange à luta de classes, seja como 'povo' ou 'massas', não é nem uma pessoa e nem uma coisa, não é um objeto inanimado, já que a luta de classes atravessa e organiza o discurso sem nunca serem claramente resolvidas, as lutas e as classes, e a ambiguidade política pode ser sintetizada pelo par economicismo/humanismo que é particularmente visível nos efeitos que produzem em um discurso.

Ao nos depararmos com os efeitos de sentido produzidos por uma discursividade que muitas vezes não são visíveis, já que diversas leituras e interpretações propõem sentidos outros no que tange à posição de um governo, é preciso que se historicizem esses processos pensando a(s) luta(s) de classes, ou a(s) luta(s) da(s) massa(s), e para se orientar em meio a essas lutas, a prática política do proletariado deveria se despir das categorias do economicismo/humanismo.

"A luta ideológica não tem nada a ver com os chamados mal-entendidos semânticos que provocam problemas que desapareceriam à luz de uma formulação de semântica universal. A luta de classes ideológica é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das duas classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história" (PÊCHEUX, 2011, p. 273).

4.1 O discurso do sujeito político e o movimento do 'povo'/'massa(s)'

A Análise de Discurso analisa as textualidades considerando as diversas construções ideológicas que ali podem advir, constituindo o processo de produção de sentidos na materialidade linguística, e levando em conta o contexto histórico-social e as condições de produção em relação à posição sujeito.

O sujeito governante Getúlio Vargas produziu efeitos de sentidos para os termos 'povo'/'massa(s)' em seu discurso que dizem respeito às diversas posições sujeito tomadas em seus dizeres – ou seja, durante o momento do discurso de posse em seu primeiro mandato e

durante o momento de posse em seu segundo mandato. Em ambas as situações, a posição sujeito político busca persuadir, convencer, provocar a aceitação social de si e da situação apagando as questões polêmicas e contraditórias presentes nos dois momentos, significando 'povo' e 'massa(s)' como um objeto assujeitado à situação – seja como governante legítimo ou como governo democrático eleito – como aquilo que aponta para a concordância com suas ideias, o que nos leva a cogitar da *política do performativo*.

Para Pêcheux (2011, p. 89) "a política do performativo parece ter representado um papel decisivo: quando dizer equivale a fazer, a política tende a se tornar uma atividade imaginária que se parece ao sonho acordado".

Assim, ao buscar compreender como o sujeito significa, produz sentidos, retorna a pergunta: como o efeito que a palavra 'povo' produz nos seus discursos de posses o leva a acreditar que há o objeto 'povo'/'massa'?

Assim, quando se trata da política das 'massas'/'povo', Pêcheux (2011) sustenta que o par semântico *pessoa/coisa* é a forma como essa oposição reflete as divisões do pensamento moderno; na esfera jurídica: pela oposição entre *contrato e propriedade*, na esfera filosófica: pela oposição entre *sujeito e objeto*; e na esfera moral: pela oposição *intencional e não intencional*.

De acordo com Pêcheux (2011) em seu texto *As massas populares são um objeto inanimado?*, a forma material 'massas' é entendida da seguinte maneira:

Falar das massas populares, de mudança política e de revolução, enfim, da história, em termos de pessoas e de coisas, de sujeitos e objetos, de intenções e do estado das coisas, como algo natural, como distinções transparentes que aparecem na linguagem sem qualquer ambiguidade, é desconsiderar totalmente a constituição essencial ideológica do discurso e do sentido. [...] Contudo, a política tem, indiscutivelmente, efeitos na linguagem, e não são efeitos desconexos. (PÊCHEUX, [1977] 2011, p. 252)

Percebe-se também neste dizer do sujeito político ora em estudo os efeitos de sentidos na superfície linguageira produzidos sobre o que ele imagina e significa como 'massa popular', efeitos estes, certamente, não desconectados do que uma discursividade hegemônica no poder considera como 'povo'/'massa' aqueles que o ouvem, aqueles a quem esse dizer é dirigido e, que, contraditoriamente, se deixam 'influenciar', ou mesmo identificar pelo discurso proferido.

Os discursos de posse da década de 30, assim como o discurso de posse da década de 50 demonstram em seu texto contradições nas enunciações de um mesmo indivíduo; de um

sujeito que ao enunciar/ ao se pronunciar produz efeitos de alguém que conhece a fundo os problemas do país porque preside os negócios públicos, e assim, denuncia fraudes extraordinárias, sonegações enormes, furto organizado e sistemático, burla continuada das leis e dos dispositivos fiscais, por exemplo, (Werneck Sodré, 1997) provocando uma variedade de reações; e que, por isso, fez com que as emoções de grande parte dos sujeitos que compõem as 'massas'/o 'povo' oscilassem à medida que suas palavras ou caíssem no vazio pelo declínio da força que seu governo sofria já no final do segundo mandato ou retumbassem fortemente reforçando o imaginário do presidente salvador, herói do país no início do primeiro mandato.

Para Lamounier (1992), o momento histórico que o Brasil estava passando na década de 30 pode ser lido como a insistência de um sujeito-ditador que visa o controle das 'massa(s)'/povo' (se é que é possível), mediante o discurso que determina a atitude coletiva.

Para Cotrim (1999, p. 68) na década de 30, no Brasil, diferentemente, o latifúndio procede "de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial". Trazido à cena do mundo moderno na condição subordinada de colônia de exploração, subordinação caracterizada pela organização de suas relações de produtos internos, e, portanto, também de suas classes sociais, de acordo com interesses e necessidades das capitais metropolitanas, o Brasil inicia de fato seu processo de industrialização.

4.2 Se as 'massa(s)'/o 'povo' existem, o sujeito político tem controle sobre ela(s)/ele?

O que é analisado no discurso produzido a partir de um cenário constituído pela luta de classes, onde o real coloca em movimento as relações dos sujeitos na história ininterruptamente, e o político significando a produção de sentidos, é o apontamento da subjetividade que se desloca do 'eu' e passa a ser vista como inerente a toda linguagem, que na ausência do 'eu', quando o 'eu' não é enunciado, esta se constitui no funcionamento do discurso. Também, ao sujeito político fica o imaginário de pensar o efeito de sentido de 'massas', se é que elas existem, a partir de sua tomada de posição no discurso.

No texto de Pêcheux (2011, p. 252) *As massas populares são um objeto inanimado?*, o autor escreve que 'o par semântico pessoa/coisa, que parece "colar" sem problema aparente nos enunciados da vida cotidiana, tem a aplicação quando se trata da política das 'massas'; contudo, a política tem, indiscutivelmente, efeitos na linguagem, e não são efeitos

desconexos, como ele mesmo nos diz. O que se pode compreender é que haveria nessa designação ‘massa(s)’, como produção de sentido, uma ‘intenção’ de proposta de mudança de comportamento da(s) ‘massa(s)’, ou seja, no discurso, no dizer do sujeito político presidente, observando o nosso caso, o sentido de ‘povo’/‘massa(s)’ já se produz como evidente, filiado a uma produção de sentido de uma formação discursiva que considera o interlocutor do sujeito político ‘as massas’ quando de seus discursos de posse para uma nação, e também produz-se como evidência que ‘as massas’ pertencem a uma só classe, de forma homogênea e pacífica, que poderiam mudar seu comportamento/vontade, portanto, a partir de um pronunciamento.

Pêcheux (2011, p. 266), ao tratar dos sujeitos políticos das reformas radicais, denota a ilusão tocada pelas questões do poder de Estado, como segue:

A análise permite observar a relação entre concepções de poder do Estado e posição de classe, em particular a posição de classe da intelectualidade pequeno burguesa. Nosso exame da oposição entre direita e esquerda ressalta a oscilação entre uma concepção explicitamente reformista de transformações radicais no interior da atual estrutura política, e uma concepção que desde o princípio se coloca acima de qualquer consideração relativa ao poder de Estado. (PÊCHEUX, 2011, p. 266).

O governo provisório de Vargas, nesta época como historicamente sabido, foi cercado de altos e baixos no sentido sócio-político, o que influenciou na economia do país. Trazemos, à lembrança, alguns principais atos acontecidos no seu governo: suspensão da Constituição Federativa do Brasil; dissolução do Congresso Nacional (local este que, até então, representava a democracia); além da dissolução das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais, fato que também fez a destituição de prefeitos e governadores dos estados; eliminação das prerrogativas individuais e instituição de um tribunal de exceção para julgar crimes políticos (NETO, 2013, p. 8). É Neto que, ainda, complementa dizendo sobre os "outubristas" que argumentavam sobre uma possível ordem legal em prol da 'República Nova': "Essa obra prévia de desentulho, a ditadura só poderá dar por concluída quando houver separado, criteriosamente, o joio do trigo, os elementos imprestáveis, inadequados ou apodrecidos dos esteios bons que também se encontram sob os destroços da velha ordem."

Ao se tratar destas questões de classe, logo retornamos ao *corpus* no pronunciamento de 1930, ao ser dito: "a revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes". Isso nos remete à memória discursiva do ‘exclusivismo’, produzindo sentidos a partir de nosso gesto de leitura desse trecho do discurso, que gera a possibilidade de podermos

interpretar 'escapou' e 'exclusivismo' como uma forma de compreender que fazer a revolução passa por homogeneizar a todos.

Para o analista de discurso, as formações discursivas são de ordem ideológica e se dão pelas condições históricas; assim, toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório, desigual e subdeterminado das formações ideológicas para a interpretação dos discursos.

Se pode dizer que aquilo que é escrito por um autor é lido por um leitor, que, no nosso caso é o próprio autor, imaginando seu leitor. Este, consideramos, é um ponto importante da análise destes documentos que aqui buscamos compreender; pois o momento em que estes documentos, os discursos de posse, foram escritos para que depois fossem enunciados por um sujeito, que ocupa a posição de Chefe de Estado, mediante uma revolução política, para uma suposta totalidade de nação que o escuta, tem em sua historicidade sua constituição, e em suas condições de produção também sua constituição; os diferentes momentos – o de sua escritura, o de sua revisão/aprovação, o de sua enunciação – ganham sentidos pelo modo como o mecanismo ideológico trabalha em sua produção de evidência em *todos* os sujeitos envolvidos nesse processo, posto que, discursivamente, sabemos que não é possível fugir disso, mesmo porque a tentativa já é uma produção do trabalho da ideologia em movimento.

O gesto da escrita, neste caso dos documentos de posse é objeto de importância pois traz o atravessamento de vozes de muitos sujeitos outros; traz a memória discursiva que desloca sentidos já estabilizados na memória social como virtualidade de significações.

Para tratar de significações de escritas, citamos Pfeiffer (2011, p. 251-283) que escreve sobre a imprevisibilidade do modo de recepção dos leitores, conforme segue abaixo:

A imprevisibilidade do modo de recepção dos leitores era controlada pelo mercado interno através da fragmentação das edições em fascículos, das extrações seriadas de impressos, e das edições de livros feitas por subscrição antecipada. Além disso, procurou-se didatizar o máximo possível as obras, fazendo delas obras mais próximas de manuais do que de obras técnico-científicas. Por outro lado, foram produzidas muitas obras voltadas ao lazer, ao círculo familiar e privado, ao serão e à leitura em voz alta. Isso foi feito de modo a aproximar o leitor ao mercado de consumo das obras impressas. Percebemos, então, que o imaginário sobre o público-leitor começa a mudar. Há todo um trabalho de popularização deste público, com o que é acirrada a dicotomia entre um público de elite capaz de interpretação e um público incapaz de interpretar, precisando de obras facilitadas e, portanto, superficiais e irrelevantes. A interpretação, entendida como exterior à linguagem, é para poucos. (PFEIFFER, 2011, p. 251-283)

Ao citar Pfeiffer no trecho acima, pensamos em analisar os efeitos do pronunciamento nos sentidos das ‘massas’, pois a autora, apesar de falar da formação da leitor brasileiro, traz pontos que nos proporcionam refletir sobre a possibilidade do propósito do pronunciamento, pois quando ela diz "A imprevisibilidade do modo de recepção dos leitores era controlada pelo mercado interno através da fragmentação das edições em fascículos", observamos nosso material e analisamos os trechos produzidos neste discurso de posse, neste contexto, compreendendo o modo como a posição sujeito presidente busca facilitar a compreensão de seu dizer para que, em seu imaginário, atinja a todo o 'povo'.

A escrita em ambos os discursos de posse promove um cenário cujos elementos parecem produzir sentidos como aquele que torna em sua coletividade "as massas" imaginando que são direcionadas a um tipo de assujeitamento.

Pensamos também no impacto do tipo de textualidade, qual seja, um discurso de posse, a ser lido e escutado, tipo que carrega um modo de enunciação específica, já que se significa como se fosse uma propaganda, que busca pela convicção com que é enunciado e pelo convencimento que busca produzir, hegemonizar sentidos únicos para 'povo'/'massa'(s)' na direção de uma totalidade, univocidade, homogeneidade de imaginários. Ou seja, aqui também estamos tratando da memória discursiva que produz efeitos por ser um pronunciamento lido, enunciado, com os elementos ditos com sua função enunciativa que muda de acordo com as condições de produção e com o sujeito que diz.

O último ponto do trecho de Pfeiffer que queremos chamar atenção e que pensamos ser possível aproximar para a nossa análise para a interpretação do discurso escrito de Vargas direcionado as ‘massas’ no contexto de sua posse, é onde ela diz: "há todo um trabalho de popularização deste público, com o que é acirrada a dicotomia entre um público de elite capaz de interpretação e um público incapaz de interpretar, precisando de obras facilitadas e, portanto, superficiais e irrelevantes". Nesse ponto, retornamos ao que já dissemos sobre a imaginária facilitação, ou seja, a imaginária clareza com que os discursos são produzidos, buscando atingir o povo brasileiro, independentemente de classe social, como se houvesse uma classe única, com uma vontade única. Um trabalho de linguagem que há nesses discursos de posse que visam passar a mensagem ‘correta’, ‘direcionada’ para constituir sentidos que garantam a possibilidade de ‘uma’ interpretação, para o ‘favoritismo’ do governo em questão, visando trazer as ‘massas’ a seu fazer, na posição assujeitada e favorável ao pensamento do sujeito enunciator.

Outro trecho de Pfeiffer que nos remete para o nosso material, os discursos de posse, é quando a analista menciona "a dicotomia entre um público de elite capaz de interpretação e um público incapaz de interpretar, precisando de obras facilitadas e, portanto, superficiais e irrelevantes". Aproximamos esse trecho, ao pensarmos numa metáfora para esta representação, em que a posição sujeito presidente tem a ilusão da possibilidade de "influenciar o público dentro de suas condições"; o imaginário, nos diz Orlandi, é eficaz; pode-se fazer buscar interpretar que há uma possibilidade de controlar – aquilo que chamamos de 'influenciar' –, pois não se faz concebível que alguém influencie outro, já que todos os sujeitos são sujeitos e estão constituídos como sujeitos pela ideologia desde sempre.

Portanto, a ideia de trabalhar a dicotomia, ou seja, essa subjetividade para alcançar os sujeitos que são divididos em capazes e incapazes, leva a proposta de textos, como superfície linguística fechada em si mesma, no lugar do jogo dos sentidos, para trabalhar a linguagem e o funcionamento da discursividade na possibilidade de abranger/de alcançar as 'massas' como um todo homogêneo e inerte.

Para conversar com as citações da autora acima citada que nos ajudam a formular sobre nossa questão, trazemos também Pêcheux (1975, p. 198) que nos ensina que os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes. De acordo com Pêcheux, a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina. Então a paráfrase "a revolução escapou", segundo ele, é respondida pela interdiscursividade, na repetição, nos deslocamentos promovidos pelo sujeito-enunciador que completa em seu discurso outra paráfrase que produz sentidos como "fato consumado", quando se trata de que nem os elementos civis venceram a classe armada, ou seja, por sua conduta e por suas palavras as formações discursivas interpelam o sujeito-responsável político pelo Estado.

Após as citações que colocam sentidos a respeito de 'massas' e sujeito, trazemos o pensamento do 'fato consumado', em que Vargas, no seu pronunciamento, busca produzir sentidos que induzem a uma certa interpelação, ao recitar: "todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta a (*sic*) colaboração de todos os seus filhos". O recorte que fazemos neste trecho é "a construção de uma Pátria nova", pois aqui o sujeito Vargas trata de uma Pátria (no

singular) para uma pluralidade, que segundo ele, igualmente acolheria toda a coletividade. Perguntamos: seria este o 'povo' brasileiro imaginário?

Para pensarmos sobre a possibilidade dos efeitos de 'um discurso às massas' para mudar o pensamento coletivo ou não, Pêcheux (1975) em sua obra *Semântica e Discurso*, quando se refere ao tema "A forma-sujeito do discurso na apropriação subjetiva dos conhecimentos científicos e da política do proletariado", explica que um elemento capital, que diz respeito aos "efeitos paradoxais" são induzidos por duas práticas na forma-sujeito, enquanto relação de desdobramento entre "sujeito da enunciação e sujeito universal", podendo assumir diferentes modalidades que são evidentes, como mostrado abaixo (cf. p.199):

Conhecida na Análise de Discurso como "o bom sujeito" e a identificação, a primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a tomada de posição do sujeito realiza seu assujeitamento sobre a forma do 'livremente consentido', o que reflete espontaneamente o Sujeito que sofre cegamente a determinação quando realiza efeitos em plena liberdade, assim, seu interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica. (PÊCHEUX.1975, p. 199)

Na outra modalidade, que denota a contraidentificação, conhecida como o "mau sujeito", caracteriza o sujeito no qual o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal por meio de uma 'tomada de posição' que consiste, em uma separação, e mostra a luta contra a evidência ideológica, sobre o térreo dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno, gerando distanciamento, dúvida, questionamento, contestação e revolta, apresentando uma reversão de traços linguísticos.

O pronunciamento de Vargas, ao tratar da "construção de uma nova Pátria", fica na modalidade da identificação, a do 'bom sujeito', que significa os sujeitos cidadãos como o 'povo' na sua homogeneidade e mesma vontade, pensando abranger as 'massas' com dizeres como "exclusivismo de determinadas classes". Esquece das lutas de classe, e apaga o fato de que no primeiro mandato foi imposto por um golpe militar-civil, e que no segundo mandato teve de lidar com a pressão de interesses militares e das classes oligárquicas, significando o 'povo', mesmo que contraidentificado, como um sujeito universal, o bom sujeito.

O que se sabe é que a ideologia constitui o discurso, ou seja, se materializa no discurso, sendo o efeito da relação entre o sujeito e a linguagem no cenário onde se encontra, onde os sentidos são produzidos, e o que se identifica com o domínio da formação discursiva que já está no sujeito, por que o imaginário reluta em aceitar que não domina o discurso, para

quem diz ou enuncia, o que é nosso caso de estudo: a crença do sujeito que pensa possuir o domínio de seu dizer, e, na ilusão da existência do sentido que quer produzir, esbarra no real, que, muitas vezes, na relutância, vem ao pensamento de que este sujeito pode controlar as 'massas sociais' porque elas existem como uma evidência.

A seguir analisaremos cinco sequências discursivas (SD) que, pelo método discursivo, nos possibilitarão restituir a opacidade à leitura que faremos desses termos 'povo'/'massa(s)' levando à compreensão da produção do processo discursivo em movimento nesse gesto de interpretação do arquivo. São elas:

SD1 - "quero exprimir a minha inteira confiança no aprimoramento dos nossos costumes políticos, no progresso e aperfeiçoamento das práticas democráticas e na participação cada vez mais numerosa e substancial do povo nos problemas e nas decisões da vida nacional". (Pronunciamento de posse do ano de 1951, p. 4)

SD2 - "Em toda nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas." (Discurso Pronunciado em 1930, p. 3)

SD3 - "Para não defraudarmos a expectativa alentadora do povo brasileiro, para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada. Ela é de iniludível responsabilidade. Tenhamos a coragem de levá-la a seu termo definitivo, sem violências desnecessárias, mas sem contemplações de qualquer espécie." (Discurso Pronunciado em 1930, p. 5)

SD4 - "com este ato solene encerra-se o prélio eleitoral de que participei e saí reconfortado pelas preferências da maioria da opinião popular" (Pronunciamento de posse do ano de 1951, p. 3)

SD5 - "a soberania popular não é mais uma ficção explorada pelas oligarquias outrora reinantes e interessadas em perpetuar o mandonismo político" (Pronunciamento de posse do ano de 1951, p. 3)

5. Análises: sentidos de 'povo'/'massa(s)' nos discursos de posse de Getúlio Vargas

Ao realizarmos as análises de acordo com o tema proposto no campo da Análise de Discurso, desenvolvida, na França, por Michel Pêcheux e seus colaboradores, e com os avanços teóricos de Eni Orlandi e seu grupo de pesquisadores, e com vistas à leitura do conjunto de formulações discursivas encontradas neste trabalho, buscamos compreender como um objeto simbólico, no nosso caso os termos 'povo'/'massa(s)', produz sentidos outros quando investido de significância para e/ou por sujeitos, e como o(s) efeito(s) de sentido se produz(em).

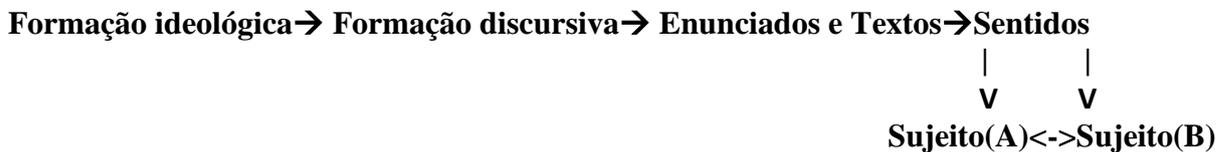
Começamos nossa análise buscando saber como esses termos são definidos lexicograficamente. De acordo com o dicionário da língua portuguesa Dicio.com (disponível em <https://www.dicio.com.br/povo/>), 'povo' é substantivo masculino, em que seu plural se faz em 'povos'; tem como sinônimo as palavras 'multidão', 'plebe', 'povaléu', 'povaréu', 'poviléu', 'turba'; tem seus vários significados como: 'um conjunto de homens que vivem em sociedade'; 'conjunto de indivíduos que constituem uma nação'; 'conjunto de indivíduos de uma região, cidade, vila ou aldeia'; 'conjunto de pessoas que não habitam o mesmo país, mas que estão ligadas por sua origem, sua religião ou por qualquer outro laço'; 'conjunto dos cidadãos de um país em relação aos governantes'; 'conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre, à classe operária ou à classe dos não-proprietários'; 'plebe'. E também, é definido por 'lugarejo', 'aldeia', 'vila', 'pequena povoação': 'um povo'; 'público, considerado em seu conjunto'; 'multidão de gente', 'as massas'. E no [Popular] 'Família', 'a gente da casa'.

Atentemos à acepção supracitada em que as palavras estão grifadas, "conjunto dos cidadãos de um país em relação aos governantes", onde o que nos chama a atenção é conjunto dos cidadãos em relação aos governantes", e a uma segunda acepção, "as massas". Nisto podemos pensar em várias possibilidades de efeitos de sentido a partir das condições de produção dos discursos de posse e dependendo das formações imaginárias que os sujeitos (A) e (B) em interlocução sobre o assunto/referente (R) criam a partir de suas posições no discurso, como por exemplo, os efeitos de sentidos o que o sujeito (A) produz sobre o sujeito (B), ou seja, o que (A) pensa de (B); o que (B) pensa do sujeito (A); o que (A) pensa que (B) pensa de (R), o que (B) pensa de (A) pensa de (R), e assim por diante. Nisto levemos em

consideração que o sujeito (A) seja Getúlio Vargas e (B) o 'povo', e (R) a situação da eleição no momento do discurso de posse.

Não tentaremos no momento responder as questões que deslizam filiadas a certas formações discursivas, porque não podemos afirmar de antemão à que FD (formação discursiva) elas pertencem, ou seja, a que sentidos se filiam, mas podemos buscar compreender como se produz o processo discursivo dos termos 'povo'/'massa(s)' nos discursos de posse.

Assim, no método de Análise de Discurso, buscaremos as produções de sentidos nos enunciados e textos de acordo com o esquema abaixo:



Analisaremos aqui cinco sequências discursivas, três sequências discursivas (SD1, SD2, SD3) em que está materializada a palavra 'povo' como marca na superfície linguística, e, logo em seguida, as sequências discursivas (SD4, SD5) com as palavras 'maioria' e 'soberania popular' que parecem produzir efeitos de paráfrase para 'povo'/'massa(s)'.

5.1 SD1 – 'povo' como 'participante substancial'

SD1 – "quero exprimir a minha inteira confiança no aprimoramento dos nossos costumes políticos, no progresso e aperfeiçoamento das práticas democráticas e na participação cada vez mais numerosa e substancial do povo nos problemas e nas decisões da vida nacional".

(Pronunciamento de posse do ano de 1951, p. 4)

Se colocarmos em questão o tema do analfabetismo, podemos considerar um apagamento desse fato presente há muito na sociedade brasileira, quando o sujeito enunciator diz *exprimir confiança na participação mais numerosa e substancial do povo nas decisões da*

vida nacional, uma vez que a taxa de analfabetos na época estava em torno de 52%,¹ e os analfabetos estavam impedidos de votar em vista de sua condição de iletrados por ocasião do pronunciamento de posse do ano de 1951. Isso quer dizer que menos da metade do 'povo' participou das eleições, e, portanto, menos da metade poderiam participar das decisões na vida nacional, mas, certamente, há um furo, em relação à participação do 'povo' nos problemas nacionais, porque participar de problema, viver problema condiz com o real da prática de quem não é da classe dominante porque implica lutar pela sobrevivência diária. E aí inclui-se a luta por direito a educação para todos, a luta por poder participar como cidadão que pode votar e ser votado, condição negada a mais da metade da população do Brasil à época.

Podemos compreender esse dizer significando 'povo' como um 'participante substancial' se pensarmos como esse sujeito se reconhece nesse dizer como se equivalesse a fazer (o conceito de língua performativa – a linguagem em ação), e imagina seu locutor – o 'povo' – como um todo indefinido e homogêneo que transcendesse a indeterminação e heterogeneidade constitutiva das formações sociais, o que o significa também na posição sujeito presidente.

Para analisarmos o texto acima, levamos em consideração as formações imaginárias, ou seja, a imagem que a posição sujeito presidente faz do seu locutor povo, a imagem que faz do assunto sobre o qual fala (problemas e decisões na vida nacional), a imagem que faz da imagem que seu locutor faz dele, a imagem que faz da imagem que seu locutor faz do assunto sobre o qual fala, e assim por diante. E, nesse processo de significar o outro e o referente, produz dizeres filiados a determinada formação discursiva que determina o modo de o sujeito significar tornando evidente os sentidos para ele. Assim, quando diz "no progresso e aperfeiçoamento das práticas democráticas e na participação cada vez mais numerosa e substancial do povo" fica silenciado que menos da metade dos cidadãos do país tem direito a participar dessas práticas democráticas, como votar, por exemplo para presidente da república, silenciando-se aí também o acesso necessário desses sujeitos cidadãos à educação.

¹ "Pelos dados do Censo Demográfico de março de 1951, a população brasileira era então de 51.944.397 habitantes. A população em idade escolar, de 5 a 9 anos, era de 7.015.527. O número de matrículas no ensino primário totalizava 5.175.887. Mas o Censo mostra mais. O número total de matrículas em todos os graus de ensino somava 6.118.842. Este número considera todos os níveis, do primário ao superior, para uma população em idade escolar (de 5 a 19 anos) de 18.826.409. A taxa de analfabetismo era da ordem de 52%." (BOMENY, Helena. *A educação no segundo governo Vargas* - CPDOC/FGV. Acesso em 06/06/2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>)

Voltando então ao jogo das formações imaginárias, trazemos, a seguir, o quadro que Pêcheux (1997) apresenta.

Representação do jogo de formações imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A { I _A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou para lhe falar assim?”
	I _A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A
B { I _B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para ele me fale assim?”
	I _B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B

Figura 1. Quadro das formações imaginárias. (Fonte: PÊCHEUX, 1997, p. 83)

Com vistas à compreensão do quadro acima, analisando o mecanismo que produz as imagens para o sujeito, assim como as do objeto do discurso, Orlandi (2009) sustenta que todo jogo imaginário preside a troca de palavras, e a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso, e prossegue:

Na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições. E isto se faz de tal modo que o que funciona no discurso não é o operário visto empiricamente, mas o operário enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias. Daí que na análise, podemos encontrar, por exemplo o operário falando do lugar do patrão. (ORLANDI, 2009, p. 38)

No nosso caso, o sujeito presidente (A) falando ao 'povo' (B), sobre a participação desse B nos problemas da nação e nas decisões sobre a nação, está sustentado em um imaginário que diz a ele o que povo, nação, participação, problema, decisão. Orlandi, nos diz,

Pensando as relações de forças, a de sentidos e a antecipação, sob o modo do funcionamento das formações imaginárias, podemos ter muitas e diferentes possibilidades regidas pela maneira como a formação social está na história. (ORLANDI, 2019 p.39)

Tudo isso vai contribuir para a constituição das condições em que o discurso se produz e, portanto, para seu processo de significação. É bom lembrar: na análise de discurso, não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. (ORLANDI, 2019, p. 40)

Ainda com relação à SD1 em análise, podemos pensar, nessa direção, nas marcas desse dizer que nos remete a uma "língua de madeira" a que se refere Pêcheux para formular sobre a língua de Estado, que muitas vezes é atravessada pelo imaginário da “língua fantasmática” apontando para uma “língua política ideal”, apesar da língua fantasmática ser diferente e o ideal ser indeterminado ou mesmo inatingível.

Zoppi-Fontana (2011), ao tratar do modo de funcionamento dessa língua política ideal, observa:

Assim, as nossas questões retornam com insistência provocadora: pode a língua comum ser a língua da política? Há uma língua própria para os assuntos de Estado? Posições enunciativas confrontam-se, nos seus desdobramentos e contradições, disputando um horizonte ideal para enunciação política: na direção à abstração técnica da gestão administrativa (uma língua adequada); na direção ao exercício concreto da representação política (uma língua que se entenda), tendendo para uma garantia ética (um dizer verdadeiro); priorizando uma eficácia retórica (uma língua sedutora); simulando a racionalidade de um pensamento lógico (uma língua coerente); incorporando os traços de uma sensibilidade subjetiva (uma língua emotiva), afetada por temporalidade dos acontecimentos (uma língua em mutação); mostrando abertamente os efeitos de suas determinações ideológicas (uma língua de contradições); transitando com o conforto no mundo letrado (uma língua erudita), ou tropeçando nas asperezas da norma padrão (uma língua errada). (ZOPPI-FONTANA 2011, p.72)

Orlandi (2009), ao formular sobre língua, refere que “a Análise de Discurso procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”, o que podemos pensar que a língua pode significar coisas muito diferentes, outorgando ao estudo da Análise de Discurso compreender, mediante o processo de significar e significar-se, o que faz o homem se sentir especial, tratando o discurso como percurso em movimento; e a autora continua:

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. Assim, a primeira coisa a observar é que a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua como sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. (ORLANDI, 2009, p.13-14)

Todavia, podemos pensar que mediante esta análise dos pronunciamentos em busca da compreender nossos objetivos de pesquisa sobre se o político pode influenciar as ‘massas’, percebemos a estruturação de um ponto que desliza nos pronunciamentos que é chamado por Pêcheux (1979) no texto "Foi 'propaganda' mesmo o que você disse?", de a "língua de vento" que sustenta a política do performativo, a questão de saber quem está 'no direito de produzir os enunciados performativos, que a propósito da 'revolução' (palavra esta citada pelo sujeito-governante Vargas nos seus dois pronunciamentos de posse) sendo uma 'nova' resposta remetendo ao mesmo tempo a "cada um" e a "ninguém" daqueles que são denominados como 'povo'/'massa(s)'. A política do performativo não escapa às atividades do imaginário, ou seja, às formações imaginárias, e toma "o dizer" neste contexto político como "equivaler a fazer", e o fazer pertence ao imaginário daquele que o diz imaginando controlar as ‘massas’.

Pode-se pensar que sujeito, história e linguagem, se constituem para a formação do cenário atual/vivenciado, as produções de sentidos interpelam o interlocutor, enquanto é atravessado pela ideologia. Para Orlandi (2009) "a Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e

por sujeitos" (ORLANDI, 2009, p. 26). Nessa perspectiva, mostra que cada análise em Análise de Discurso é singular, por mobilizar diferentes conceitos/categorias de análise, o que tem profundos efeitos no resultado final do trabalho do analista, já que cada um lança mão das noções do dispositivo teórico para construir seu dispositivo analítico.

Entretanto, um equívoco interpela o sujeito na posição de poder, pois embora Getúlio Vargas tenha sido um ditador e tenha governado com medidas controladoras e populistas, este sujeito foi um presidente cujo governo teve como uma de suas principais marcas o desenvolvimento do país, porquanto tomou medidas favoráveis aos trabalhadores, e sua política econômica gerou muitos empregos no Brasil e suas medidas favoreceram, principalmente, os trabalhadores brasileiros, o que nos faz pensar neste caso como a contradição se materializa na relação entre o discurso do sujeito político-partidário e a possibilidade do controle das 'massas' em sua historicidade.

5.2 SD2 – 'povo' como 'senhor de seus destinos'

SD2 – “Em toda nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas.”

(Discurso Pronunciado em 1930, p. 3)

A partir do método da Análise de Discurso para analisar o "Discurso de Posse pronunciado por Getúlio Vargas no ano de 1930", é possível recortar alguns pontos que nos inquietam em relação à questão de pesquisa que fizemos, qual seja, "é possível falar ao povo como uma unidade?", "o que para uma posição sujeito presidente significa falar assim?", buscando descrever e compreender. Analisamos a SD2 acima, em particular, o termo 'povo' significado aqui como "senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas". Um outro ponto de entrada para análise, seria compreender como acontecimento esse pronunciamento, no momento em que o sujeito que enuncia diz "afinal" sustentado pela frase "Em toda nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante", apontando para o fato de que nada antes semelhante daquele momento significou uma mudança como a que está sendo significada no ato mesmo de dizer.

Orlandi (1999, p. 57) observa que "a Análise de Discurso não procura o sentido 'verdadeiro', mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica", assim se pode analisar recortes do discurso que remetem ao momento da história, observando suas condições de produção específicas, pois este pronunciamento em sua historicidade não produziria os mesmos sentidos para as mesmas posições sujeito em outros momentos. Assim, perguntamos, como o político interpreta o 'povo'/as 'massa(s)' neste dizer? E, outra questão seria, podemos significar como acontecimento discursivo isto que ele chama de acontecimento?

Doravante com o propósito de compreender o acontecimento e a historicidade, separamos alguns pontos de produção de sentidos.

De acordo com Orlandi (2009, p. 37), as condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores:

- a- Relação de sentidos;
- b- Não há discurso que não se relacione com outros.

Temos então a chamada relação de forças, de acordo com Orlandi (2009), o que segundo a noção que se segue, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz, ou seja, o sujeito fala a partir do lugar (por exemplo, presidente), e suas palavras significam de modo diferente do que falasse no lugar de quem ouve/lê (por exemplo, 'povo').

Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de começo absoluto, sem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis.

Por outro lado, segundo o mecanismo da antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor "ouve" suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo de argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pens produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor. (ORLANDI, 2009, p. 37)

Observemos o esquema abaixo, buscando compreender as formações e as condições que eles implicam, na produção do discurso que é material (com a língua sujeita ao equívoco e à historicidade), a instituição (ordem e forma social) e o mecanismo imaginário.

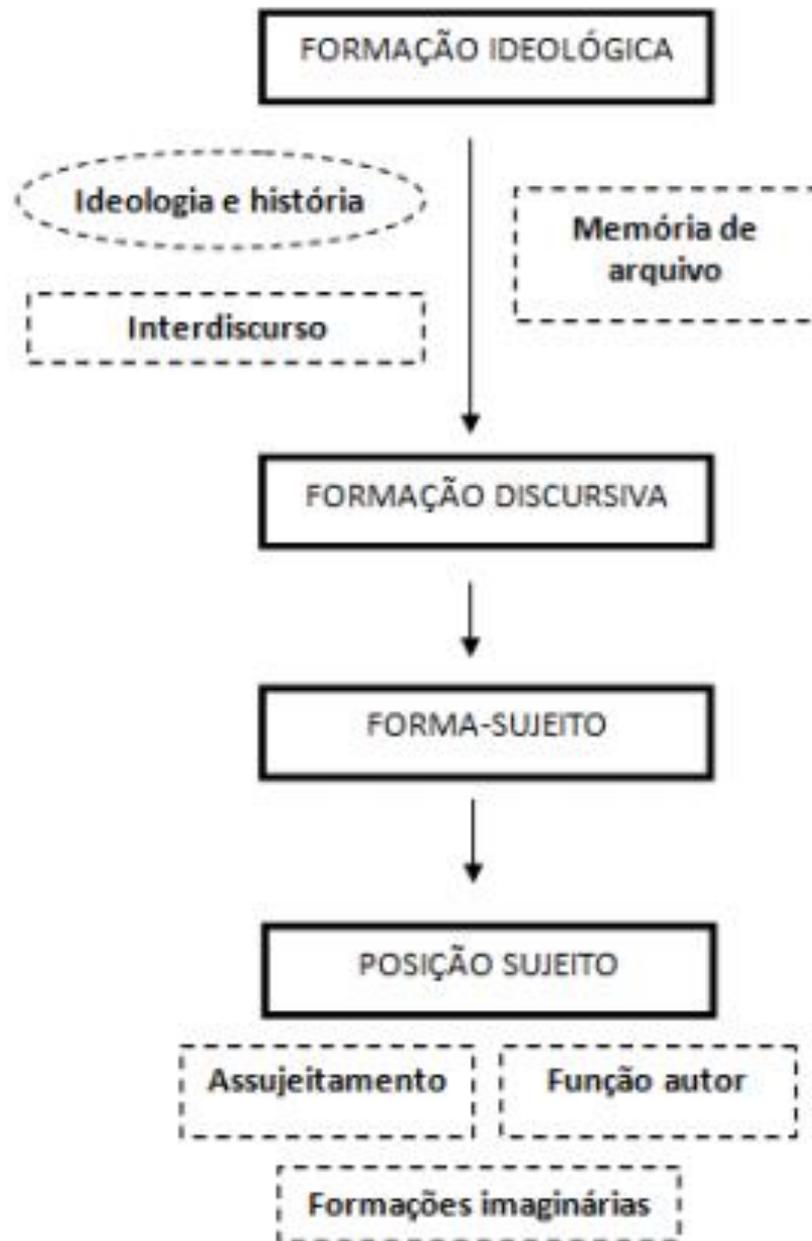


Figura 2. As três formações. (Fonte: ORLANDI, 2009, p. 37-48)

Orlandi (2009), comenta sobre as três formações: ideológica, discursiva e imaginária citadas na imagem anterior, conforme relatamos a seguir para tentar compreender o mecanismo das condições de produção do discurso analisado.

Podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para que a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, Michel Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio fundamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito”, mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. Dai a necessidade de uma teoria materialista do discurso – uma teoria não subjetiva da subjetividade – em que possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e também a dos sentidos.

A evidência do sentido – a que faz com que a palavras designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória).

Por sua vez, a evidência do sujeito – a de que somos sempre já sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito da ideologia. Esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia. (ORLANDI, 2009, p. 44)

Ainda, neste momento ao tratar da formação discursiva, a autora considera necessário compreender o processo de produção dos sentidos, sua relação com a ideologia e o funcionamento do discurso, pois “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – pode ser dito” (ORLANDI, 2009, p. 41).

Continua Orlandi (2009), dizendo que “as formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico, em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele” (ORLANDI, 2009, p. 41).

Já nas formações imaginárias, Orlandi (2009) expressa a importância que a imagem tem na constituição do dizer, e como contribui para a constituição do discurso produz e seu processo de significação. Vejamos, “o imaginário é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-

se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, relações de poder” (ORLANDI, 2009, p. 40).

Analisemos a paráfrase 'vontade do povo brasileiro'. Levando em consideração o efeito de sentido que produz no discurso, ao afirmar "a vontade de uma nação", Vargas generaliza, e ao mesmo tempo legitima o desejo como um único, como igual ao de todos os sujeitos – o 'povo' – que o escutavam naquele momento histórico dentro de um mesmo espaço simbólico, sob condições de produção específicas, tendo a mesma vontade e se significando como cidadão em uníssono com os outros, com a nação e com o 'acontecimento' da presidência, que, aliás, não foi realizada por voto direto, mas, sim, pela escolha de uma elite oligárquica e pelas Forças Armadas.

A produção de sentidos a partir da expressão "vontade do povo brasileiro" pode ser relacionada à expressão "controle das massas" como uma evidência de que o sujeito presidente sabe qual é essa vontade única e homogênea do 'povo', evidência que o faz pensar que é possível convencer a totalidade do 'povo' que ele imagina que o escuta para concordar com sua produção de sentidos sobre o que diz.

Pode-se analisar o pronunciamento na historicidade do cenário em que este foi produzido, e como se dá a história decorrente do processo social global, que para Bresser-Pereira (2003) é um processo de transformação que mexe com as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país gerando transformações significativas que alteram o padrão de vida. Assim vejamos nas palavras do autor:

Em meados do século XIX até 1930, ocorreu no Brasil um desenvolvimento, que iniciou quando a sociedade tradicional entra em crise, quando os critérios racionais começam a superar os tradicionais, quando o capital passa a ter mais importância do que a terra, quando a competência começa a sobrepor-se ao sangue, quando a lei se impõe aos costumes, quando as relações impessoais e burocráticas começam a substituir as de caráter pessoal e patrimonial, quando a sociedade bivalente de senhores e servos, de aristocratas e plebeus, começa a dar lugar a uma sociedade plural, quando o poder político deixa de ser o privilégio de uma oligarquia claramente definida e começa a se tornar cada vez mais difuso, quando a economia de base agrícola tradicional começa a dar lugar a uma economia industrial e moderna, quando a unidade de produção básica não é mais a família, mas a empresa, e depois não é mais a empresa familiar, mas a empresa burocrática, quando os métodos de trabalho tradicionais cedem lugar aos racionais, quando a produtividade e a eficiência se transformam em objetivos básicos das unidades de produção, quando o desenvolvimento econômico se torna o objetivo das sociedades, quando o revestimento se torna uma condição de sobrevivência para as empresas, quando, enfim, o padrão de vida começa a

aumentar de forma automática, autônoma e necessária. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 33-34).

Além disso, foi um momento histórico em que alguns países do mundo, como, por exemplo, países da Europa, passaram por um momento chamado de Revolução de 30 (LAMOUNIER, 1992), com contrastes da revolução política e luta de classes, ou seja, as 'massas populares' significadas como objeto inanimado, ou seja, sujeitos diferentes com pensamentos heterogêneos considerados como um monobloco com uma vontade única e controlável.

Para Pêcheux ([1977] 2011, p. 252) falar das 'massas populares', de mudanças políticas e de revolução, enfim, da história, em termos de pessoas e de coisas, de sujeitos e objetos, de intenções e de estado das coisas, como algo natural, como distinções transparentes que aparecem na linguagem sem qualquer ambiguidade, é desconsiderar totalmente a constituição essencialmente ideológica do discurso e do sentido; o que se pode compreender no pronunciamento de Vargas ao dizer da "vontade do povo brasileiro" como única e pontual, ao dizer que aquele momento era o momento de aquela vontade se realizar, e que, a partir daquele momento, 'o povo' seria "senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas".

Pensamos a contradição histórica que se instala nesse dizer da SD2, considerando que o aceite da posição presidente da república em caráter provisório se deu após um golpe de Estado, por imposição dos militares e da pressão de uma elite oligárquica, destituindo o presidente anterior eleito pelas urnas com a maioria esmagadora dos votos. Nesse dizer, Getúlio enquanto presidente se significa como governante do 'povo' brasileiro – momento em que se propõe um recomeço ético e moral (o Estado Novo), reconhecendo nesse gesto do golpe a nobreza e a coragem do 'povo' junto com 'as forças armadas'. Fica na opacidade o modo como ele se significa nesse lugar, não dizendo, silenciando o modo como não foi eleito pelo 'povo brasileiro', mas pelas forças armadas, ou, como não foi uma eleição democrática, ou se significar nesse lugar de governante fazendo parecer legal e justo, apesar de saber não ser juridicamente legítimo, mas politicamente, sim.

Vargas ao afirmar que "não há" em toda a história política do Brasil acontecimento semelhante, este sujeito convoca as crenças que ele estabelece sobre como ele significa 'povo'/massa(s)', pois faz parecer que tudo corre democraticamente, sem a imposição autoritária que produz sentidos que direcionam a forma de significar "povo'/massa(s)".

A afirmação "não há" remete a não existência, podendo levar a compreender o modo como o Estado e o Governo se tornam "criadores" daquilo que até então não existia (o acontecimento do golpe político-militar-civil). Mas o modo como o real dos sujeitos de um mesmo espaço simbólico atravessa-os e se inscreve faz romper uma contraidentificação em relação à situação político-ideológica que a nação passa a viver, não dando lugar a uma passividade ou a uma pacificidade. E as revoltas de grupos começam a acontecer, contraditando e não garantindo o que o sujeito presidente nomeou como 'vontade do povo'.

5.3 SD3 – 'povo' como 'povo brasileiro'

SD3 – “Para não defraudarmos a expectativa alentadora do povo brasileiro, para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada. Ela é de iniludível responsabilidade. Tenhamos a coragem de levá-la a seu termo definitivo, sem violências desnecessárias, mas sem contemplações de qualquer espécie.” (Discurso Pronunciado em 1930, p. 5)

A partir do que acima foi observado, podemos fazer um recorte do pronunciamento de Vargas, remetendo a sentidos semelhantes, ou seja, observar na textualidade do pronunciamento de 1930, a ocorrência das palavras em terceira pessoa do plural, apagando as marcas de uma subjetividade em prol de uma coletividade indeterminada.

O sujeito representante do poder Vargas faz produzir pelo discurso político, o discurso da política, efeitos de sentido que materializem/concretizem o propósito maior de um governo a ser implantado ou transformado; compreendemos que o sujeito político no poder de representante de uma nação busca garantir e cumprir os interesses de uma classe ou classes pelo dizer, pelo discurso em funcionamento; ou seja, é na criatividade da língua, no processo de construção da linguagem, nesse jogo parafrástico/polissêmico que os processos discursivos produzem o que desloca regras e normas e modifica o sujeito, resultando uma multiplicidade de sentidos.

Neste recorte nos atentemos a função-autor, já que a autoria é uma função do sujeito, e a função-autor, uma função discursiva do sujeito estabelecida ao lado de outras funções, sendo estas enunciativas.

A autoria é necessária para qualquer discurso, pois mesmo que o texto não tenha um autor específico a função-autor está presente no texto, e, no entanto, podemos pensar neste a locução, ou mesmo o locutor representado como “eu” do discurso que fala em nome do “povo”, porém é demonstrado a construção do “eu”, e a função como produtor do texto e da linguagem.

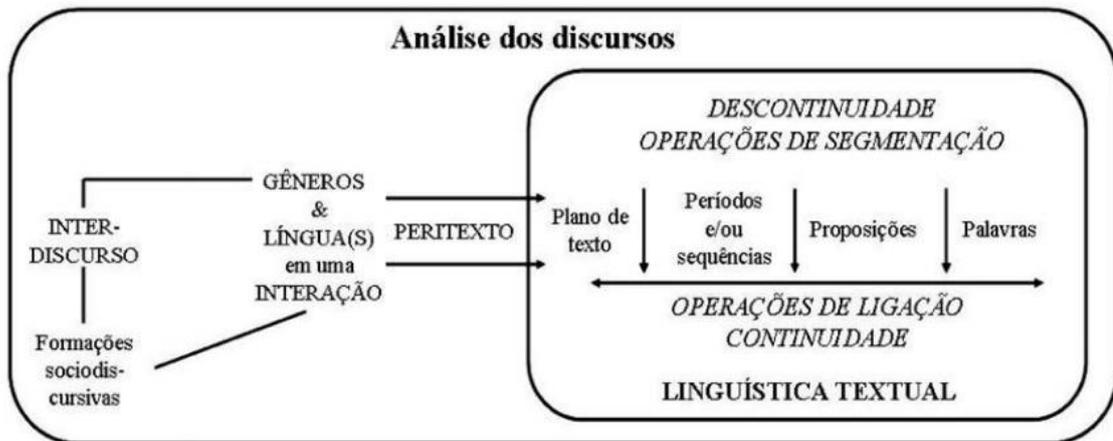
O locutor aqui se representa como o eu no discurso, exprimindo exigências de coerências no contexto sócio-histórico para deslocar sentidos para quem diz.

Nesta autoria da função, Orlandi (2009) coloca que “afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida as regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares” (ORLANDI, 2009, p. 74).

Mesmo que o texto deva ser coerente e não-contraditório, é o autor que estabelece as normas e regras de seu discurso, possibilitando clareza ou objetividade se for o caso, apesar do sujeito aí exposto passar por uma multiplicidade de representações possíveis, apresentando como autor e sendo responsabilizado pela coerência do que diz da dispersão num todo coerente.

Orlandi (2009) explica essa responsabilidade e a finalidade de exigências como segue:

Essas exigências têm uma finalidade: elas procuram tomar o sujeito visível (enquanto autor) com suas intenções, objetivos, direção argumentativa. Um sujeito visível e calculável, identificável, controlável. Como autor, o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor. Trabalhando a articulação interioridade/exterioridade, ele “aprende” a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica. A esse processo chamei (E. Orlandi, 1988) assunção de autoria. Segundo ela, o autor é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz etc. (ORLANDI, 2009, p.74)



Esquema 1 - Determinações textuais Fonte: Adam (2011, p. 43).

Figura 3. Quadro sobre as determinações textuais. (Fonte: ADAM, 2011, p. 43)

Outro ponto a ser pensado no recorte em análise é o conjunto do texto como um produto das relações linguísticas, sociais e históricas, propostas por Adam (2011) no esquema 1 no plano textual e discursivo, o qual podemos analisar os sentidos do contexto de produção, as práticas sociais e a historicidade materializada.

O que vem pela história está na memória pelas filiações de sentidos constituídos por outros dizeres, ou seja, na perspectiva do dizível, no interdiscurso, já que a formulação do dizer materializado no discurso estava naquilo que outrora foi dito em algum lugar, no jogo de sentidos, nas condições às quais os acontecimentos históricos foram inscritos.

O sujeito pensa em construir discursos para atingir o maior número de pessoas, mas os fenômenos linguísticos-discursivos conforme demonstrado acima no esquema 1 nos faz perceber que os elementos textuais como as palavras estão à disposição do falante para a construção e compreensão dos textos, já que os constroem, porém toda essa construção é imaginária e constituída a partir de posições discursivas compostas pelo enunciador e o enunciado, propondo relações de forças, e ocupando uma posição hierarquicamente superior ao “povo” o qual depende para se manter no poder, e que se sustenta pela propaganda se fazendo valer pela comunicação filiada nas redes de sentido.

E de acordo com Orlandi (2009) “ao falarmos nos filiamos nas redes dos sentidos, mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente” (ORLANDI, 2009, p. 32).

Na paráfrase “Para não defraudarmos a expectativa alentadora do povo brasileiro”, quem disse que haveria uma expectativa? Por que somos afetados por certos sentidos e não por outros”, para tentar explicar Orlandi (2009) continua:

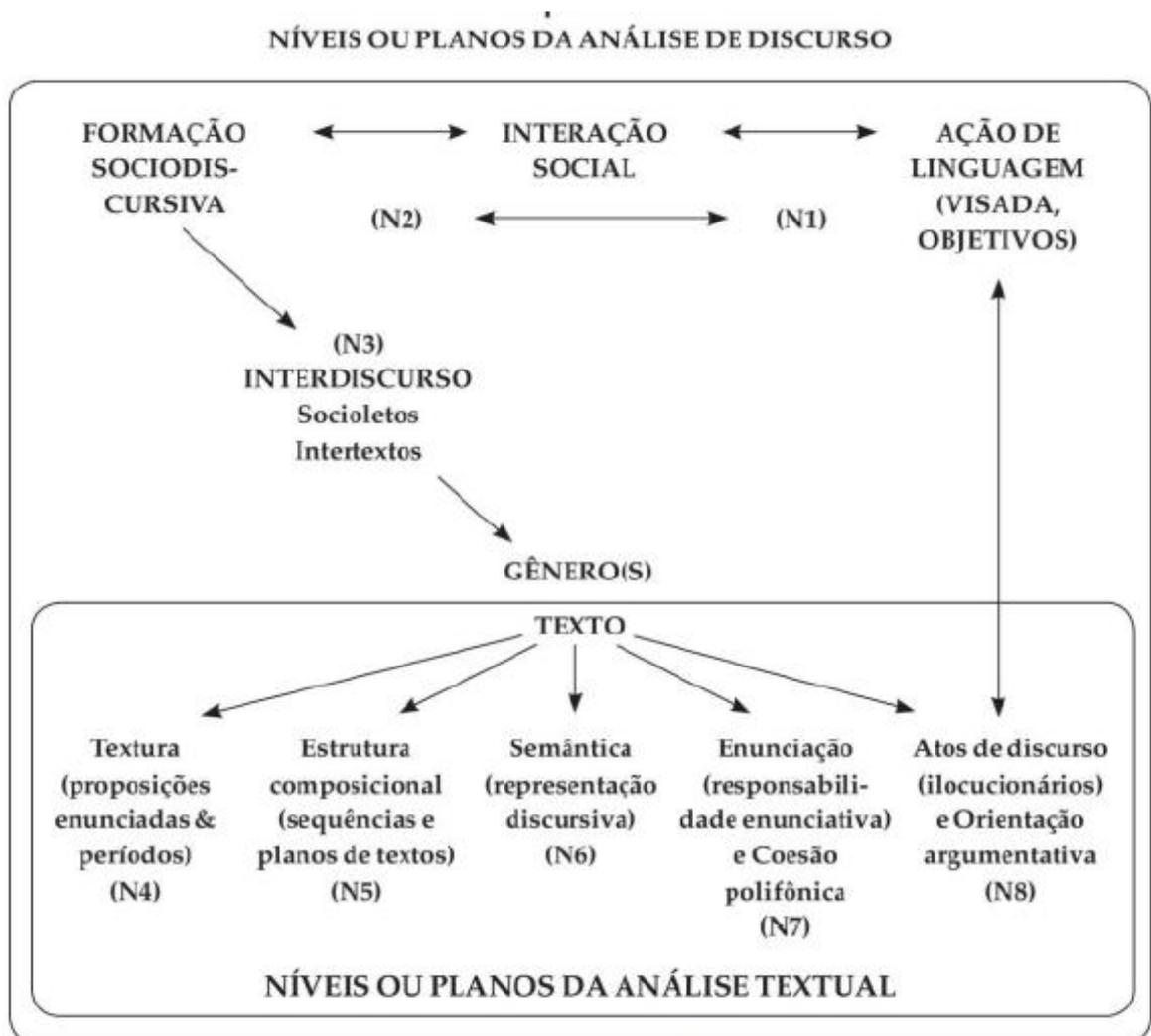
Fica por conta da história e do acaso, do jogo da língua e do equívoco que constitui nossa relação com eles. Mas certamente o fazemos determinados por nossa relação com a língua e a história, por nossa experiência simbólica e de mundo, através da ideologia. Por isso a Análise de Discurso se propõe construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicar a relação com esse “saber” que não se aprende, não se ensina, mas que produz seus efeitos. Essa nova prática de leitura, que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária. Isso porque, como vimos pelo exemplo acima, só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz (que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras. (ORLANDI, 2009, p.32)

O que pode ou deve ser dito no discurso está ancorado no momento sócio-histórico em que esse dizer foi produzido, como consequência da memória e da interpelação da ideologia que compõe a formação discursiva textual em que o dito foi filiado.

Buscando entender estas formações e a materialidade textual mediante as relações interdiscursivas que fazem parte do texto/recorte analisado, tem-se a importância de analisar como o autor articula e descreve os desencadeamentos dos enunciados que formam o texto, e o que é dito pelo enunciador que aparece numa forma de gênero, além do elemento que pertence a categoria de língua e a situação de interlocução que propõe o sujeito no seu discurso e a forma que este dialoga com outros enunciados.

Para tanto, Adam (2011, p. 63) explica que “toda a ação de linguagem inscreve-se, como se vê, em um dado setor do espaço social, que deve ser pensado como uma formação sócio discursiva, ou seja, como um lugar social associado a uma língua (socioleto) e a gêneros de discurso”, e ainda completa, “ao mesmo tempo, uma separação e uma complementaridade das tarefas e dos objetos da linguística textual e da análise de discurso, (definindo) a linguística textual como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas.” (ADAM, 2011, p. 43)

Nisso, o autor traz para pensarmos elementos linguísticos delimitadores das condições de emprego das formas e da língua, entrelaçado entre texto e discurso e na responsabilidade enunciativa do aparelho formal de enunciação mediante as categorias linguísticas constituídas por elementos textuais, conforme vemos no esquema 2, a seguir.



Esquema 2 - Fonte: Adam (2011, p. 61).

Figura 4. Quadro sobre níveis ou planos da análise textual. (Fonte: ADAM, 2011, p. 61)

Por tratarmos do texto, pensamos na historicidade do texto e não na história propriamente refletida no texto, mas no que faz sentido na situação da enunciação, nos acontecimentos do texto, no trabalho dos sentidos, no discurso sem a delimitação de conteúdos da história, mas sim a unidade em relação à situação inscrita e interpelada.

Orlandi (2009) propõe que o texto seja analisado pelo que ele significa, pelo modo específico particular de suas propriedades materiais, vejamos:

Não vemos nos textos os “conteúdos” da história. Eles são tomados como discursos, em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade. Entre a evidência empírica e o cálculo formal exato, trabalhamos, na Análise de Discurso, em uma região menos visível, menos óbvia e menos demonstrável, mas igualmente relevante, que é da materialidade histórica da

linguagem. O texto, referido à discursividade, é o vestígio mais importante dessa materialidade, funcionando como unidade de análise. Unidade que se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação.

Dessa maneira, o texto não é definido pela sua extensão: ele pode ter desde uma só letra até muitas frases, enunciados, páginas, etc. Uma letra “O”, escrita em uma porta, ao lado de outra com a letra “A”, indicando-nos os banheiros masculino e feminino, é um texto pois é uma unidade de sentido naquela situação. E isso refere, em nossa memória, o fato de que em nossa sociedade, em nossa história, a distinção masculino/feminino é significativa e é praticada socialmente até para distinguir lugares próprios (e impróprios...). Por isso esse “O” tem seu sentido: tem sua historicidade, resulta em um trabalho de interpretação. (ORLANDI, 2009, p. 66-67)

Orlandi considera o texto não apenas como um “dado” linguístico, com suas marcas, organização, entre outros elementos, mas como um fato discursivo, porque o texto significa e organiza a relação da língua com a história, e constitui a natureza da unidade linguístico-história, e como é escrito o texto é então uma unidade de análise. Continua Orlandi (2009):

Os textos individualizam – como unidade – um conjunto de relações significativas. Eles são assim unidade complexas, constituem um todo que resulta de uma articulação de natureza linguístico-histórica. Todo o texto é heterogêneo: quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagem, som, grafia, etc); quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição, etc); quanto às posições do sujeito. Além disso, podemos considerar essas diferenças em função das formações discursivas: em um texto não encontramos apenas uma formação discursiva, pois ele pode ser atravessado por várias formações discursivas que nele se organizam em função de uma dominante.

Segundo o que pensamos, o discurso é uma dispersão do texto e o texto é uma dispersão do sujeito. O sujeito se subjetiva de maneiras diferentes ao longo de toda a textualidade. O sujeito se subjetiva de maneiras diferentes ao longo do texto. Há pontos de subjetivação ao longo de toda a textualidade. (ORLANDI, 2009, p. 68)

O sujeito está para o discurso, assim como o autor está para o texto, e o texto como uma unidade representativa de estruturas em construção por uma superfície linguística fechada nela mesma, delimitada na prática social das formações discursivas na função do sujeito, construído nesta unidade em seu lugar pelo próprio autor.

Se pensarmos nesse processo discursivo que constitui o sujeito e é por ele constituído na história, compreendemos, com Pêcheux, que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, [1975]1995, p. 92), e é da ordem da contingência se a garantia de que esse processo acontecerá como revolucionário ou não, pois a tomada de posição do sujeito não é concebível com sua origem no sujeito e sim como “efeito, na forma-

sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso transverso, isto é o efeito da 'exterioridade' do real-ideológico discursivo" (PÊCHEUX, 1975, p. 159-160).

Trazendo um pouco da historicidade do período, podemos observar com Cotrim (1999), que é nesse cenário, com as condições de produção específicas da época que nasce então, o cenário do "milagre econômico brasileiro". Cotrim (1999, p. 69), que cita Chasin, afirma que a análise dessa situação deve principiar compreendendo que, nem as ditaduras, nem os "milagres" são novidades na história brasileira; ao contrário, fazem parte, lamentavelmente, do que há de mais característico, profundo e dominante de nossa formação histórica reacionária, oligárquica.

Faz-se necessário observar e interpretar na posição de analista aquilo que fora dito e o não dito, pois também o não-dizer está implícito, pressuposto e subentendido no discurso, pela Análise de Discurso.

De acordo com Orlandi (2009, p.80) “se as novas maneiras de ler, inauguradas pelo dispositivo teórico da análise de discurso, nos indicam que o dizer tem relação com o não dizer, isto deve ser acolhido metodologicamente e praticado na análise”.

O posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito mas presente). Mas o motivo, por exemplo, fica como subentendido. Pode-se pensar que é porque me fazia mal. Pode ser também que não seja essa razão. O subentendido depende do contexto. Não pode ser asseverado como necessariamente ligado ao dito. Essa teoria – a da semântica argumentativa – desenvolveu-se aprofundando certas noções, modificando outras, mas mantém o fato de que o não-dito é subsidiário ao dito. De alguma forma, o complementa, acrescenta-se. De todo modo, sabe-se por aí que, ao longo do dizer, há toda uma margem do não-ditos que também significam.

Na análise de discurso, há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz “x”, o não-dito “y” permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de “x”. Isto é, uma formação discursiva pressupõe outra: “terra” significa pela sua diferença com “Terra”, “com coragem” significa pela sua relação com “sem medo” etc. Além disso, o que já foi dito mas já foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação. Em outras palavras, o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva. (ORLANDI, 2009, p. 80-81)

O que notamos é que os textos que se fazem presentes na discursividade do sujeito presidente é dito na língua e silenciado nas produções de sentido do que constitui aquilo que é dito, conjugando sentidos outros no discurso carregado de equívocos, pois o sentido de “povo” equivoca o enunciado contido no silêncio do não-dito.

Orlandi (1999) nos adverte que tudo que foi dito, já foi dito em algum lugar na história, ou seja, o já-dito, o que é visível é constituído pela palavra por aquele que diz e produz seus sentidos. Em suas palavras, ela (ORLANDI, 1999) sustenta que,

Todos os sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre o que diz. [...] O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. (ORLANDI, 1999, p. 30-31).

E ainda completa, quanto à formação do interdiscurso (ORLANDI, 1999, p. 30),

A observação do interdiscurso nos permite, no exemplo, remeter o dizer da faixa a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em toda sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos. (ORLANDI, 1999, p. 30).

Buscamos interpretar o discurso a luz do contexto, dos fatos, do texto, para a obtenção de dados e buscar compreender a produção de sentidos que os enunciados expõe, pois, a análise do pesquisador é interpretativa, e visa entender mediante a análise de dados e elementos a lógica do discurso, com a isenção da opinião do pesquisador enquanto observador dos fatos na tentativa de interpretar a realidade.

Observamos, ainda, alguns recortes do pronunciamento de Vargas em 1951, que em sua opacidade de leitura permitem compreender o imaginário de o 'povo'/as 'massa(s)' funcionam produzindo sentidos que apontam para a reprodução de uma dualidade, de uma contradição e de uma relação de poder significando nesse movimento de processo de produção de sentidos para os termos o 'povo'/as 'massa(s)' a partir das condições de produção que produzem e significam cenário histórico e político.

5.4 SD4 – 'povo' como 'maioria'

SD4 – "*com este ato solene encerra-se o prélio eleitoral de que participei e saí reconfortado pelas preferências da maioria da opinião popular*" (Pronunciamento de posse do ano de 1951, p. 3)

Na paráfrase “saí reconfortado pelas preferências da maioria da opinião popular”; o que nos chama a atenção é que neste momento Vargas diz sobre o “*reconforto*” sentimento este que até então não foi demonstrado no discurso de 1930, já que este governante precisava de dizeres enérgicos e determinados para significar sua tomada de posição. E, o 'reconforto da maioria da opinião popular', contextualiza o que de fato é importante para Vargas neste período, a 'intenção' da produção de sentidos para a 'massa' é alvo do seu interesse, pois agora ele se significa como 'populista' e 'democrático', um governante que depende da opinião pública, em seu imaginário, porque não é só desse fato que depende sua posição sujeito presidente da república.

Para Molina (1997, p. 108),

se pensarmos no discurso populista além da visão tradicional como produtor de um ‘efeito de manipulação’, podemos cruzar com as vertentes do ‘popular’ e levantar alguns dados de sua eficácia. Por que deu certo este discurso? Quais referências de sua credibilidade e força, já que desenvolveu a política do país por mais de 30 anos? O que faz dele, ainda hoje, uma imagem mais poderosa, que ainda assombra o presente? (MOLINA, 1997, p. 108)

As interrogações de Molina nos propõem uma conversa com um dos objetivos de pesquisa deste trabalho, 'o que (não) há no discurso do político que move as massas?'

Ao analisar as questões acima como a “noção de manipulação para conduzir a mobilização das 'massas'”, trazemos uma das acepções do termo “manipulação” que o dicionário Aurélio propõe, no sentido pejorativo, “Falsificação da realidade que busca induzir alguém a pensar de determinada forma, manipulação de informações, ou seja, qualquer manobra que visa ocultar e suspeitamente alterar a realidade, falsificando-a”.

Na Análise de Discurso descartamos essa possibilidade de “falsificação ou alteração da realidade”, pois no tocante ao “real”, e, aqui, significamos realidade como real, só é possível falar dele, quando ele se inscreve para o sujeito, ou seja, aponta de forma a só poder dito pelo simbólico, pela linguagem, e de forma incompleta e cindida, porque a língua e o sujeito são incompletos e cindidos, o sujeito é sempre não todo, assim como a língua. Não se pode dizer tudo. O real da língua é o impossível de dizer e o real do sujeito é o inconsciente. É sempre pelo imaginário que conseguimos falar do real que nos assola, imaginando-nos senhores de nossa morada. Para Moreira e Pinto (2012), a noção da linguagem é manifestada

pelo real, no entanto, aqui neste texto para a análise dos pronunciamentos, vejamos as questões levantadas pelos autores:

De onde vem a palavra? De onde vem a linguagem? A psicanálise nos responde: de *das Ding*. A figura de Deus condensaria esse algo que escapa radicalmente. Esse ponto poderia ser correlacionado ao real da ilusão, [...] essa dimensão real na ilusão seria o “‘real imaginário’ (o misterioso *je ne sais quoi*, o ‘algo’ insondável que introduz uma divisão autoimposta em um objeto ordinário, permitindo assim que a dimensão do sublime brilhe através dele) [...] É o que está efetivamente ‘para além da imagem’”. (MOREIRA; PINTO, 2012, p. 402)

Nisso, o sujeito Vargas, sujeito-governante, sujeito-político, nas suas formações imaginárias, faz também a metáfora do herói neste período, se significando e sendo significado como 'populista' por ter produzido sentidos para 'trabalho' contrários ao que os interesses oligárquicos produzem, e a instaurando empresas para movimentar a economia e aumentar as vagas de trabalho significado como sobrevivência para uma determinada classe.

Para Freud (1921, p. 94) em *Psicologia das Massas e análise do Ego*, o sujeito transfere a imagem metafórica de herói, cria um mito que “é o passo com o qual o indivíduo emerge da psicologia de grupo. O primeiro mito foi certamente o psicológico, o mito do herói; o mito explicativo da natureza deve tê-lo seguido muito depois”. Um exemplo deste cenário é o que “o poeta que dera esse passo, com isso libertando-se do grupo em sua imaginação, é, não obstante, capaz de encontrar seu caminho de volta ao grupo na realidade — porque ele vai e relata ao grupo as façanhas do herói, as quais inventou”. Para Freud, “no fundo, esse herói não é outro senão ele próprio. Assim, desce ao nível da realidade e eleva seus ouvintes ao nível da imaginação. Seus ouvintes, porém, entendem o poeta e, em virtude de terem a mesma relação de anseio pelo pai primevo, podem identificar-se com o herói”.

O sujeito Vargas neste período foi visto como 'populista'; no imaginário, o que é popular se faz na metáfora de “herói” de alguma forma; no caso deste governante, o trabalho desempenhado por ele se torna bem querido aos olhos da ‘população’ que de uma certa forma o aprova para mais um mandato.

Aquilo que é chamado de “ato heroico” na memória está descrito nas palavras de Maria Celina D’Araújo (1992),

Quanto à primeira, deve-se ter em mente que a simples denúncia da capacidade espoliativa dos investimentos estrangeiros sobre a economia

nacional configurava um posicionamento não-usual para os governantes brasileiros da época. Essa postura tornava-se ainda mais delicada em face do clima de hostilidade gerado pela “guerra fria”, que cobria de suspeitas qualquer atitude que trouxesse, implícita ou explícita, uma conotação de independência ou de alheamento frente à nova configuração mundial do poder. Em plena disputa entre os dois blocos – Estados Unidos e URSS. (D’ARAÚJO, 1992, p. 108)

Neste momento, o Brasil sofria reflexos da Guerra Fria, o impacto da economia global afetava o país que também passava por um conflito político. Podemos dizer que muito do contexto de ordem negativa no sentido sócio-político-econômico afetava toda uma ‘população’ que já estava temerosa dos futuros acontecimentos já registrados na história e na insegurança de um futuro que lhe gerasse a possibilidade de um equilíbrio que não se sabia até então a quem recorrer; segue, então, a necessidade de um “herói” que tome outro caminho, talvez diferente e eficaz para salvar toda uma ‘população’ que já estava em meio a guerras e desespero.

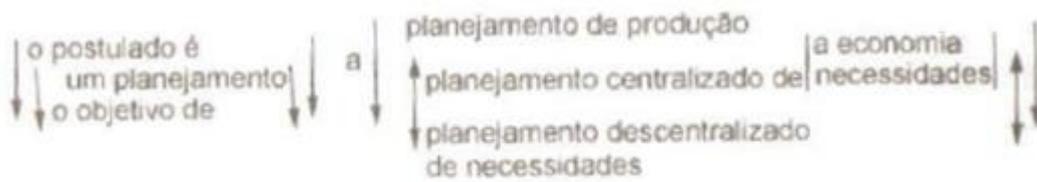
D’Araújo (1992) nos mostra que entra em jogo a decisão do Governante no poder que propõe um caminho diverso ao que o mundo externo estava engrenado, vejamos:

[...] Vargas optava por uma terceira via: a do desenvolvimento autônomo e independente, não-subordinado ou alinhado diretamente a qualquer potência econômica internacional. Considerando que as contingências históricas inviabilizavam essa autodeliberação por parte da maioria das nações, a proposta tornava-se ainda mais vulnerável, tendo em vista que a não subordinação econômica acabaria sendo traduzida como não-alinhamento político, bastante temido à época. Além disso, a proposta investia-se de um caráter “heroico”, já que implicava resistir a pressões externas e a interesses internos organizados e comprometidos com uma maior internacionalização da economia. (D’ARAÚJO, 1992, p. 108)

Diante do cenário socioeconômico de entremeios vivenciado na época, podemos pensar na “Estrutura dos Domínios” proposta por Pêcheux em seu texto *As massas populares são um objeto inanimado?* como tentativa de compreender o movimento desta análise com ênfase na paráfrase em questão e colocando o contexto de análise sob as quatro rubricas:

- a) As causas da crise;
- b) A política da reorganização da economia
- c) A política do consumo
- d) A política do desenvolvimento

D 32



D 35

matérias primas
energia

devem ser economizadas

D 36

uma restrição de bens
matérias primas

é

contemplada
requirida por X

D 41

problemas de política

de

alimentos
matérias primas
produtos

regularização e controle de

expansão
taxa de natalidade

D 43

socialismo de Estado

superar essas dificuldades

dificilmente resolverá a questão

não trará solução

leva a lugar nenhum

não parece produtivo

Figura 2. Conjunto de domínios do corpus da direita relacionado ao planejamento

Figura 5. Conjunto do domínio do *corpus* da direita relacionado ao planejamento. (Fonte: PÊCHEUX, 2011, p. 262)

Nas figuras 5 e 6 trata-se da “questão do planejamento” proposto por Pêcheux (2011, p. 261), onde a direita (D) e a esquerda (E) se diferenciam em dois pontos essenciais e em inter-relação nas relações de poder, que por meio de uma constelação de elementos que são a produção, o consumo e o par centralização/descentralização.

De acordo com Pêcheux (2011), duas perspectivas antagônicas são distinguíveis nas ‘figuras 5 e 6’, onde “a perspectiva apresentada pelo *corpus* D consiste em trazer para o centro do debate a necessidade de um planejamento do consumo (domínios D35, D36, D41) insistindo sobre o seu controle e vigilância. A perspectiva do *corpus* E se orienta para a ideia contrária de um planejamento centralizado associado à produção (E33) trazendo a necessidade de uma modificação das estruturas econômicas e políticas (E42)” (PÊCHEUX, 2011, p. 261).

Assim, pensamos que um ponto de diferenciação entre as duas perspectivas está no planejamento, onde a direita representada pelo ‘Estado’ no poder espontaneamente recorre à economia (capitalista) que é atravessada pela crise passada e marcada na memória.

Colocamos as figuras acima para tentar explicar a delimitação do *corpus*, demonstrar que a análise em questão que não segue critérios empíricos e positivistas, mas teóricos, distinguindo o *corpus* experimental do arquivo, e demonstrando que o nosso interesse de análise foi por práticas discursivas languageiras, como os termos 'povo'/'massa(s)' encontrados no texto.

Pêcheux (2011) aqui conclui dizendo:

Não há leitura objetiva de um texto político porque não há senso comum no que se refere à política. Nenhuma semântica universal será jamais capaz de fixar o que deveria ser entendido por planejamento, mudança política, reforma radical, ação governamental, e assim por diante, porque palavras, expressões e enunciados produzem diferentes sentidos de acordo com a posição do qual são enunciados. [...]
[...] Afastamo-nos da transparência da distinção entre pessoa e coisa, sujeito e objeto, intenção e não intenção, precisamente porque a história, e mais especificamente a luta de classes, não é nem uma pessoa, nem uma coisa. As contradições da luta de classes atravessam e organizam o discurso sem nunca serem claramente resolvidas. (PÊCHEUX, 2011, p. 272)

Então, podemos pensar e dizer que a história se faz presente na língua, e as palavras apontam o sentido do discurso em processos de identificação, por observar o modo de construção, estruturação e circulação dos diferentes gestos de leitura que constitui os sentidos do texto submetido em análise, justamente por deslocar o sujeito face a esses efeitos.

5.5 SD5 – 'povo' como 'a soberania popular'

SD5 – "a soberania popular não é mais uma ficção explorada pelas oligarquias outrora reinantes e interessadas em perpetuar o mandonismo político" (Pronunciamento de posse do ano de 1951, p. 3)

Sendo a formação ideológica um conjunto de formações discursivas, estas como o nicho em que os sentidos se produzem, ou seja, pensando que os sentidos não estão nas palavras, mas que pelo jogo/funcionamento das palavras e expressões no discurso produzem-se mudanças de sentido a cada momento nas posições sustentadas, pode-se pensar na posição sujeito do discurso de Vargas, em que, neste segundo momento de sua história, o sujeito-governante-enunciador joga com palavras e expressões parcialmente escolhidas, tais como neste seu pronunciamento de 1951.

Perguntamos: a soberania popular em algum momento não foi popular? Nunca foi popular no Brasil antes de 1951? E neste governo que se inicia, a soberania passará a ser popular? Se passar a ser popular a oligarquia não terá acesso a essa soberania, porque há aí um confronto de classes – a classe do povo, popular, e a classe oligárquica, não popular, não constituída pelo povo, mas pelos que mandam (*mandonismo*)?

Ao pensarmos para quem o sujeito-enunciador está falando quando diz "*oligarquias outrora reinantes e interessadas em perpetuar o mandonismo político*", está negando à classe reinante o poder de mando? E está atribuindo esse poder à classe popular, o povo?

Se trouxermos o conceito de memória discursiva, podemos compreender o modo como a paráfrase *soberania popular* para 'povo'/'massa(s)' funciona nesse dizer. Observamos que a memória discursiva constitui todo dizer. Assim, a produção de efeitos de sentido que se materializa na SD5 parece dar visibilidade à contradição histórica que repete que a soberania é popular – porque o sistema é uma democracia, mas que, na prática social, são os interesses da elite oligárquica que são tomados como interesse – e tenta desfazer essa contradição dizendo que *não é mais ficção*, acrescentando que a classe popular *assumirá o poder de mando*. Mas joga aí um fundo falso porque há um apagamento sobre quem o colocou na posição de presidente, ou seja, à oligarquia interessa que ele esteja nessa posição para que seus interesses continuem a ser priorizados, como antes.

Ainda analisando a paráfrase "a soberania popular não é mais uma ficção explorada pelas oligarquias outrora reinantes", observamos que o sujeito diz de um outro lugar, de uma outra historicidade que demonstra não ter parte ou participação. Nesse sentido, Orlandi (2009) nos apresenta a exaustividade do discurso em relação ao objeto empírico, que é inesgotável, onde todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para um outro, pois "não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recordar e analisar estados diferentes" (ORLANDI, 2009, p. 60).

E como explicado acima, não se objetiva o discurso, em extensão, nem a completude com a exaustividade horizontal, mas sim a exaustividade vertical almejada, sendo considerada em relação aos objetos de análise e sua temática, pois de acordo com Orlandi (2009) "Essa exaustividade vertical, em profundidade, leva a consequências teóricas relevantes e não trata os 'dados' como meras ilustrações. Trata de 'fatos' da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva" (ORLANDI, 2009, p. 61).

Zoppi-Fontana (2011) traz o conceito de que a organização imaginária da cena da enunciação política, direcionada a dar ênfase na construção da imagem do ator político (locutor) para seus interlocutores ganha novos contornos a serem analisados, privilegiando a fala do locutor-político como objeto de análise e os diversos modos da circulação dessa fala na própria formulação dos enunciados.

(...) trabalhos analisam as filiações ideológicas dos enunciados políticos a redes de memória em determinadas condições de produção. Descrevem-se séries de enunciados nos quais é possível observar repetições históricas que produzem a estabilização de sentidos na memória, os deslocamentos ocorridos em diferentes condições de produção, a irrupção de acontecimentos discursivos desorganizando ou interrompendo as paráfrases discursivas e o surgimento de novas posições-sujeito que o sobredeterminam ideologicamente, considerando a construção dos objetos discursivos e seus efeitos de sentido em relação ao interdiscurso e as contradições ideológicas. Noções como formações discursivas, posição-sujeito, acontecimentos, memória, silêncio, esquecimento, discurso-outro, entre outras, estão no arcabouço teórico desses trabalhos. (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 66)

Pêcheux (1988, p. 216) observa que a relação com a história como processo, com as 'massas' que fazem a história e com o partido como organização política de tipo novo não pode ser uma relação de identificação (cf. as observações de Althusser sobre a impossibilidade de designar o "sujeito" massas[/povo] dizendo "é ele!"), uma vez que essa relação tende a abolir o vínculo de representação, dividindo representantes e representados

(cf. sobre esse ponto o funcionamento desidentificador de uma manifestação das massas)", sendo esta uma interpretação dos dizeres de Vargas a respeito do "mandonismo político", tendo a representação dos representantes e a "soberania popular" como representados de um governo que estrutura sua representação enunciada e já pré-construída.

A partir do que foi dito, podemos nos interrogar se se poderia pensar numa "virada de mesa", ou seja, inverter as relações de poder a partir de um dizer, isto é, imaginando que ao dizer, a coisa se concretiza, a ação se realiza e transforma, como num pensamento pragmático e positivista. Como isso poderia se dar numa prática social? A mudança seria feita pelo presidente imaginado que essa seria a vontade do 'povo' como escolha soberana? Estaria então o sujeito-governante abrindo mão da possibilidade do controle do 'povo'/das 'massas', para ser controlado por elas?

O discurso de posse aqui recortado refere-se à ilusória liberdade de escolha do 'povo' que um dia (se remetermos ao discurso de posse de 1930?) não pôde escolher. O que se pode imaginar sobre o que mudou na forma de imaginar do sujeito-governante? Está se redimindo, de quê, com quem, e por quê? Ou está ganhando a atenção da 'população'/'povo' apenas? E quanto a atenção da classe dominante?

Para tentarmos compreender o funcionamento destas questões como operadores metodológicos e norteadores do processo discursivo em jogo, recorreremos ao que Zoppi-Fontana (2011) escreve sobre as línguas da política:

A língua da política, assim como da propaganda, mostra-se com um "mentir verdadeiro", o espaço da mentira deliberada, de uma 'dupla linguagem', de um 'pensamento duplo', uma língua justificada pelos seus fins. A língua é trabalhada nas suas modalidades enunciativas, no tom e no gesto, nas formas coloquiais, num simulacro de conversação, onde a fala e seus sujeitos interceptam a relação com o real. (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 71).

Vargas mediante seu enunciado coloca situações contraditórias de um mesmo sujeito, que se acontece em seu dizer em duas posições sujeito, a enunciação pronunciada por ele atualiza uma memória e produz historicidade – uma posição que parece falar de uma necessidade de aceitação sem revolução ao 'povo'/massa(s); e outra posição que diz à classe dominante que ela perdeu a soberania, sabendo que isso não aconteceu e nem aconteceria. Neste caso há a tentativa do "real na língua", na impossibilidade de dizer tudo na língua, de encarrilhar uma série de pontos do impossível, onde o sujeito fala e não pode ser dito, onde

está o lugar do inconsciente, e o que se percebe neste pronunciamento é que muito da língua desliza para pontos outros da textualidade, o que leva a interpretações outras.

Nisto, seguindo com Zoppi-Fontana (2011), a autora trabalha dois pontos de enunciação da política. Vejamos:

Dessa maneira, observamos dois regimes de enunciação política: um com fundamentos na ilusão referencial e na transparência da linguagem; o outro com seus alicerces profundamente fincados na ilusão comunicativa, nas potencialidades dos meios, na imaginária coincidência entre os interlocutores. Regimes que se misturam nas atuais condições de produção do discurso político, com predominâncias diversas, embora possa desenhar-se uma tendência crescente ao apagamento das línguas de Estado (e da distância e abstração que elas impõem) sob a hegemonia do modelo do "homem político" (que traz a ilusão do contato próximo, do conhecimento íntimo, da continuidade ou mesmo confusão entre as esferas da *res* pública e da vida privada). (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 71).

Neste contato próximo do "homem político" lugar de onde o sujeito fala, transfere o que pensa na "dupla linguagem" mediante o tom e o gesto, cria-se essa abstração enunciativa, uma vez que muda de acordo com a formação discursiva que o determina, de modo a produzir 'novos' dizeres.

Orlandi (2009) ao formular sobre a língua e a materialidade na/da história e dos sentidos escreve:

Quando dizemos materialidade, estamos justamente referindo a forma material, ou seja, a forma encarnada, não abstrata nem empírica, onde não se separa forma e conteúdo: forma linguístico-histórica, significativa. A linguagem não é transparente, os sentidos não são conteúdos. É o corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se) diz. E o faz não ficando apenas nas evidências produzidas pela ideologia. Como dissemos, o interdiscurso – a memória discursiva – sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando. Como sabemos, aí se forma a ilusão de que somos a origem do que dizemos. Resta acentuar o fato de que este apagamento é necessário para que o sujeito estabeleça um lugar possível no movimento da identidade e dos sentidos: eles não retomam apenas, eles se projetam em outros sentidos, constituindo outras possibilidades dos sujeitos se subjetivarem. (ORLANDI, 2009, p. 51-52)

Mas a linguagem se constitui pela incompletude, pelas relações de falta, pelo movimento do sujeito na história, pela contradição, pelo que foi dito e pelo não-dito, pela relação de poder/disputa por sentidos.

Então o sujeito determinado por condições de produção específicas, segundo Orlandi (2009), estando filiado a redes de constituição de sentidos, pode produzir um deslocamento nessa rede. "Entretanto, há também injunções à estabilização, bloqueando o movimento significante. Nesse caso, o sentido não flui e o sujeito não se desloca. Ao invés de fazer um lugar para fazer sentido, ele é pego pelos lugares (dizeres) já conhecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera. Estaciona. Só repete" (ORLANDI, 2009, p. 52). O que vemos acontecer no dizer SD5 aqui analisado. O que é 'novo' naquele dizer?

6. Considerações Finais

Retornamos à historicidade do período de posse dos anos de 1930 e 1951 para melhor entender as marcas 'povo'/'massa(s)' que observamos materializadas no discurso de posse de Getúlio Vargas, pois o modo como os acontecimentos são significados geralmente determina efeitos de sentidos como o aparente fim das articulações políticas entre as oligarquias regionais do Brasil, e lutas de classes abastadas para sobrepor os seus interesses particulares aos interesses do Estado e da Nação como um todo.

Concordamos que o político está no discurso, e o discurso está materializado na linguagem, constituído pelas condições históricas que materializam, nestes períodos da história do Brasil, o funcionamento da ideologia no modo como cada sujeito enuncia. Ao formular em seu dizer as expressões 'povo'/'massa(s)' e suas paráfrases, o sujeito diz tomado pelo imaginário de 'povo'/'massa(s)', imaginário formado também da e pela relação de poder que sua posição presidente da república possibilita significar em seus gestos de interpretação sobre si e sobre o mundo, ao enunciar.

Atentamos ao modo de dizer, pois ao falar 'povo'/'massa(s)', diz diferente, mas diz o mesmo porque, por exemplo, há efeitos que se produzem apontando para a *continuidade da soberania na mão das oligarquias*, apesar de enunciar que a *soberania estava no poder popular* (SD5), deixando de ser uma *ficção para o povo*. Mesmo falando de modo diferente, mesmo afirmando que a *soberania agora passa a ser popular*, repete sentidos já hegemônicos como se *as classes oligárquicas também fossem populares, constituídas pelo povo*. Esquece-se, no momento em que se enuncia, que a linguagem é "a experiência de uma divisão, é a máquina de se perder: diz-se mais do que se quer, diz-se menos do que se quer, diz-se outra coisa, diz-se algo parecido, diz-se o contrário" (MILLER, 2005, p. 32). Na perspectiva discursiva, o dizer não é propriedade particular do sujeito (ORLANDI, 2009). Em outros termos, "as palavras não significam em si, elas significam porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa" (ORLANDI, 2001, p. 86). As palavras significam pela língua encarnada na história. Desse modo, o sujeito não tem acesso ou controle sobre a forma como os sentidos se constituem nele e nem como ele se constitui pelos sentidos (BRANCO; SILVA, 2011).

Ao observarmos o material que trouxemos para análise e a posição sujeito constituída pela historicidade, demos visibilidade ao modo como as expressões em jogo aqui na pesquisa

ganham e produzem sentidos nas condições de produção dos governos de Vargas aqui trazidos. De acordo com Orlandi (2009, p. 79),

é nesse lugar, em que língua e história se ligam pelo equívoco, lugar dos deslizes de sentidos de efeito metafórico, que se define o trabalho ideológico, o trabalho da interpretação. Como esse efeito que constitui os sentidos constitui também os sujeitos, podemos dizer que a metáfora está na base de constituição dos sentidos e do sujeito. (ORLANDI, 2009, p. 79)

Observamos e analisamos o deslize metafórico das expressões 'povo'/'massa(s)' ('povo'/'massa(s)' – participante substancial; povo brasileiro; maioria; senhor de seus destinos; a soberania popular), nos dizeres analisados, levando em conta a historicidade e a categoria sujeito como posição no discurso, buscando, enquanto analista, interpretar a produção de sentidos e os deslocamentos dos possíveis outros sentidos, não esquecendo da multiplicidade desses outros discursos que o atravessam, para buscar compreender os ditos e não-ditos contidos pelas formações ideológicas possibilitados pela possibilidade de dizer e sua memória.

Observamos, durante as análises do material de arquivo, que o sujeito, ao produzir dizeres, fica opacificado para ele o que ele diz sem dizê-lo propriamente, conforme Orlandi (1999, p.28). Neste caso, o analista precisa estar atento aos 'dizeres que não são', como é descrito abaixo:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem que aprender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos. Pondo em relação ao dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 2009, p. 28).

Assim, este trabalho levou em consideração questões que criaram a possibilidade de um norte em nossa análise. A partir delas, buscamos entender as formações imaginárias para compreender o objeto (R – referente) para o sujeito presidente (elemento A) em relação aos sujeitos cidadãos (elemento B), observando que o sujeito presidente (elemento A) e os sujeitos cidadãos (elemento B) são imaginados numa relação recíproca a partir da

historicidade em que cada discurso de posse foi enunciado. E aqui estamos fazendo referência ao modo como Pêcheux (1997) nos apresenta o conceito de discurso, o de 'efeito de sentidos' entre os pontos A e B, pois o que parece uma simples transmissão de informação não o é, já que aí "está envolvida uma série de formações imaginárias que leva em consideração uma correspondência não biunívoca entre sujeitos e situações de enunciação, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada como várias posições, e isto não ocorre ao acaso, mas segundo leis que apenas uma investigação sociológica poderá revelar" (PÊCHEUX, 1997, p. 82-83). Dizemos, assim, que todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias, acima mencionadas

Buscamos, ainda, analisar as marcas nas superfícies linguísticas dos textos dos discursos que apontem para o modo como massas e povo estão ali produzindo sentidos, e, ainda discutir a noção de 'massas' conforme Pêcheux (2011), em relação às noções de 'influência'/'convencimento' e 'mudança de comportamento', tomando como base para essa reflexão o aforismo que diz que não se pode pensar do lugar do outro, e o de que somos sujeitos divididos pelo inconsciente e interpelados pela ideologia, duas premissas que implicam a singularidade e subjetividade muito fortemente.

A interpelação pela ideologia conduz à forma-sujeito, que constitui o discurso do sujeito, daquilo que este diz e pensa na posição sujeito-de-direito, e produz sentidos, constituindo a formação discursiva do sujeito político, conforme já apontamos e conforme nos observa Pêcheux ([1975]1995, p. 172-173),

(...) uma *formação discursiva* no sentido em que a definimos, isto é, como espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma "intersubjetividade falante" pela qual cada um sabe de antemão o que o "outro" vai pensar e dizer..., e com razão já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro (uma vez que como dizíamos, cada um é o espelho dos outros).

Vamos precisar o funcionamento dessa ilusão no espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva: ao falar de "intersubjetividade falante", não estamos abandonando o círculo fechado da forma-sujeito; bem ao contrário, estamos inscrevendo, nessa forma-sujeito, a necessária referência de que *eu* digo àquilo que *um outro* pode pensar, na medida em que aquilo que eu *digo não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer*. (PÊCHEUX, [1975]1995, p. 172-173; grifos do autor)

Assim ao dizer, no discurso de posse de 1930, "*devemos estar à altura da missão que nos foi por ele [o povo brasileiro] confiada. Tenhamos a coragem de levá-la a seu termo definitivo, sem violências desnecessárias*" (SD3), escutamos um não-dito que permite compreender que não foi o 'povo brasileiro' que confiou a missão de governar a nação a ele, sujeito presidente, mas, sim, as forças armadas e a classe oligárquica brasileiras, posto que foram essas instituições que elegeram o presidente, e, diga-se, com 'violências desnecessárias', mas que, naquela situação, foram consideradas necessárias; "Vargas não ganhou nas urnas, ganhou nas armas" (NICOLA, 2016, p. 83)². Nessa SD3, povo brasileiro significa as classes oligárquicas e as forças armadas.

Pensamos ter alcançado nossos objetivos a partir das questões descritas nos temas sobre que gostaríamos de refletir, o processo de produção de sentidos sobre as expressões povo/massas e suas paráfrases, pelas análises propostas para as sequências discursivas recortadas dos discursos de posse do presidente Getúlio Vargas em seus dois momentos, levando em conta os já mencionados momentos históricos e posições sujeito na história.

Retomamos aqui questões que constituíram o objeto teórico que analisamos: quando falamos de 'povo'/'massa(s)', do que falamos? De que 'povo'/'massa(s)' o político precisa? O que o sujeito pensa que são as 'povo'/'massa(s)'? É possível influenciar/convencer o outro interlocutor? Em que medida os efeitos de sentido se tornam únicos e mais verdadeiros/apropriados que outros? Então, a estas questões buscamos dar um direcionamento, restituindo à leitura do material sua opacidade, ao compreender, no decorrer das análises do material, efeitos de sentido que parecem não comparecer como evidentes.

Concluimos também que não podemos falar pelo outro, do lugar do outro, lugar e outro sempre formados pelo imaginário, pelo modo como antecipamos e projetamos efeitos de sentido sobre o outro e o referente. Concluimos, por isso, que não há garantia de influência ou de convencimento do outro, pois todos são atravessados pela ideologia e suas condições de produção são singulares e históricas.

Levamos em conta as formas materiais que reúnem forma e conteúdo, ou seja, a forma material que nos permitiu chegar às propriedades discursivas, e o conteúdo do discurso

² "Em 3 de novembro de 1930, a Junta Governativa Provisória, formada pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto, ao lado do contra-almirante José Isaías de Noronha, entregou o poder a Getúlio Vargas. Era o fim da Primeira República brasileira. A Revolução de 30 viria a tornar-se um marco na história deste país, graças aos resultados que produziu nos anos seguintes, na política, na sociedade e na cultura. [...] A 'revolução' foi um movimento das oligarquias locais, apoiado pela classe média, mas do qual a classe operária esteve ausente: em maio de 1932, cerca de 200 mil operários em greve haviam sido calados pelos patrões" (NICOLA, 2016, p. 83-84).

político quanto à forma material para a produção de efeitos de sentidos, pois o método em Análise de Discurso não visa à Linguística em si, que tem vistas às marcas formais, mas, sim, às propriedades discursivas, materiais, que referem/relacionam a língua e a história, buscando compreender o objeto simbólico que produz sentidos.

Pensar que os sentidos não estão nas palavras, que a relação palavra/coisa é simbólica, ou seja, é possibilitada pelo trabalho da linguagem; pensar que os termos 'povo'/'massa(s)' não podem ser naturalizados pela ideia de representação; e, por isso, pensar que não estão fora da história, e que a leitura pragmática ou positivista desses termos não garante seu efeitos de sentido; pensar tudo isso nos leva a retomar o trecho em que Pêcheux nos adverte com exemplos, conforme podemos ler abaixo, que apontam para a impossibilidade de discernir apenas gramaticalmente a interpretação adequada para os termos, porque dar a ver o que está na língua não é só da dimensão do linguístico mas é também da dimensão do discurso, o qual se materializa na língua, e no qual se materializa a ideologia e suas condições de produção. Assim nos diz Pêcheux (1995):

[...] mas suponhamos que se queira abordar, por meio dessa classificação, realidades tão estranhas quanto a *história*, ou *as massas*, ou ainda *a classe operária*... O que dirá o semanticista? Trata-se de objetos, ou de coisas? Ou de sujeitos, humanos ou não-humanos? Ou de coleções de sujeitos?

Gozado como a máquina de classificar de repente se enrola.... No entanto, ela funcionava com respeito a *pessoas* e *coisas*! Será que, por acaso, para funcionar, ela tem necessidade do espaço universal abstrato do direito tal como o modo de produção capitalista o produziu? [...]

Em todo caso, o leitor já deve estar agora com a pulga atrás da orelha, e se além disso, leu um dos recentes textos publicados por Althusser¹⁷, sabe então que, apesar de ele nunca ter falado de "Semântica", nesse texto é levantada a questão de saber se, a exemplo do homem (com *h* minúsculo ou maiúsculo), a história, as massas, a classe operária são ou não sujeitos, com todas as consequências que daí resultam... (PÊCHEUX, 1995, p.30-31; grifos do autor)

Todo esse nosso trabalho foi uma tentativa de, pela teoria da Análise de Discurso, buscar compreender o mecanismo de funcionamento do sujeito, língua e história na produção de sentidos que percorrem a constituição dos sentidos dos termos 'povo' e 'massa(s)' e sua relação com a constituição e funcionamento do sujeito político-partidário.

Logo o que este sujeito 'pensa' ou 'acha que pensa' e que 'entende' nos momentos em que os termos 'povo' e 'massa(s)' foram enunciados podemos compreender como o trabalho da linguagem considerando aí que a linguagem é também uma prática porque pratica sentidos

que intervêm no real, significando-o na história que faz sem (o) saber; história que também o faz (se) significar, tornando possível a relação palavra/coisa, apagando a interpelação pela ideologia e o funcionamento do imaginário.

Enfim, baseamos muito de nossa tentativa de entendimento e análise nas teorias de Michel Pêcheux, e nos textos de Eni Orlandi, nos quais buscamos compreender que enquanto sujeitos inseridos em determinadas formações sociais, estamos em interlocução constante e que, para isso, nos filiamos de forma inconsciente a nichos de sentidos, às formações discursivas. Ao mesmo tempo, somos interpelados pela ideologia a dar sentidos ao que nos rodeia. Esse processo ideológico de interpelação é um mecanismo de interpretação que produz e reproduz a realidade como da ordem da evidência.

Nossa conclusão sobre o processo de produção de sentidos das expressões 'povo' e 'massa(s)' nos discursos de posse de Getúlio Vargas a partir das análises do material permitiu compreender como as discursividade ali materializadas apontaram, dentre outros, para efeitos de sentido de 'povo'/'massa(s)' como 'ficções demagógicas' (PÊCHEUX, 2011).

Referências

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Trad. M^a das Graças Soares Rodrigues; João Gomes Silva Neto; Luis Passeggi; Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2011.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1976].

BRANCO, L. K. A. Castello; SILVA, J. Simão S. Teoria em voz de poeta. In: BRANCO, L. K. A. C.; SANTOS, G. L. dos; RODRIGUES, E. A. (Orgs.). **Análise de Discurso no Brasil**: uma homenagem a Eni Orlandi. Pensando o impensado sempre. Campinas, SP: RG, 2011. p. 181-196.

BRANCO, L. K. A. Castello. **A língua em além-mar**: sentidos à deriva – o discurso da CPLP sobre língua portuguesa. 2013. 325 f. Tese (Doutorado em Linguística), IEL – Universidade Estadual de Campinas, SP: [s.n.], 2013. Acesso em: 04/06/2020. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270483/1/Branco_LuizaKatiaAndradeCastello_D.pdf

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Edição34, 2003. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=lang_pt&id=EMMvv_sV9bUC&oi=fnd&pg=PA25&dq=getulio+vargas&ots=euTFIzkhur&sig=QKKkv-WpiYhJMEvdfCrQwiBAJU#v=onepage&q=getulio%20vargas&f=false. Acesso em 19/04/2019.

COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. **O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

Dicio.com. Verbetes 'povo'. Acesso: junho 2019. Disponível em <https://www.dicio.com.br/povo/>. Lexicógrafa responsável: Débora Ribeiro.

FREUD, S. (1921) Psicologia das massas e análise do ego. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 89-179.

LACAN, Jacques. **O seminário – Livro II: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Versão brasileira de M.D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LAMOUNIER, Bolívar. O modelo institucional dos anos 30 e a presente crise brasileira. **Estudos Avançados**, v. 6, nº 14, São Paulo jan./abr. 1992. p. 39-57. Acesso em 08/08/2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100004&lng=en&nrm=iso. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000100004>.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos; 90).

MILLER, J.-A. **Silet**: os paradoxos da pulsão de Freud a Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MOLINA, Ana Heloísa. **Fenômeno Getúlio Vargas**: Estado, discursos e propagandas. *Hist. Ensino*, Londrina, v.3, p. 95-112, abril 1997.

MOREIRA, Claudia Maria Silva; PINTO, Jeferson Machado. Para além da ilusão: o real na crítica freudiana à religião. **Ágora**, v. XV, número especial, Rio de Janeiro, p. 389-404, dez. 2012.

NETO, Lira. **Getúlio**: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). Companhia das Letras. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NICOLA, Nilton Cesar. **Análise crítica da carta-testamento de Getúlio Vargas**: uma abordagem inter/transdisciplinar. 2016. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo-SP, 2016. Acesso em: 04/06/2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=19&Itemid=87&lang=pt-br&g=1&b1=getulio%20vargas&c1=t&o1=AND&pagina=1

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux: Textos escolhidos. Campinas, SP: Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 8ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. (1975) **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. (1977) As Massas Populares são um Objeto Inanimado? Trad. Suzy Lagazzi. In: ORLANDI, E. (Org.). **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux: Textos escolhidos. Campinas: Pontes, 2011. p. 251-273.

PÊCHEUX, Michel. (1979) Foi "propaganda" mesmo que você disse? In: ORLANDI, E. (Org.). **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux: Textos escolhidos. Campinas: Pontes, 2011. p. 73-92.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD – 69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-162.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. **Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai): 1930/1942.** 2007. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2007. Acesso em: 04/06/2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/11401>

SANTOS, Roberto Clemente dos. **A constituição do sentido nos discursos de Getúlio Vargas numa perspectiva retórica.** 2014. 157 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo-SP, 2014. Acesso em: 04/06/2020. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2350>

VARGAS, Emiliana. **Os discursos de Vargas e as políticas sociais no Brasil de 1930 a 1940.** 2007. 306 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2007. Acesso em: 04/06/2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89631>

ZANDWAIS, Ana. Possíveis leituras de “Foi 'propaganda' mesmo que você disse?” de Michel Pêcheux. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 14, n. 22, p. 69-79, jul.-dez. 2019. Acesso em 04/06/2020. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/98121>

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Língua política: modos de dizer na/da política. In: ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília Maria Sousa (Orgs.). **Leituras do político.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 65-82.

ANEXOS

ANEXO A - Discurso pronunciado, por ocasião da posse como Chefe de Governo Provisório da República - 03 de novembro de 1930 – (Vide Biblioteca da Presidência da República – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/03.pdf/view>)

III

DISCURSO PRONUNCIADO

PELO

DR. GETULIO VARGAS

POR OCASIÃO DE SUA POSSE COMO CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA

3 DE NOVEMBRO DE 1930



O movimento revolucionario, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existencia, como nacionalidade. Em toda nossa historia politica, não ha, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo arbitro de suas finalidades coletivas.

No fundo e na fórmula, a revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuzeram áqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo, comungaram em um identico pensamento fraterno e dominador: — a construção de uma Patria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta á colaboração de todos os seus filhos.

O Rio Grande do Sul, ao transpôr as suas fronteiras, rumo a Itararé, já trazia comsigo mais da metade do nosso glorioso Exército. Por toda parte, como mais tarde na capital da República, a alma popular confraternizava com

os representantes das classes armadas, em uma admirável unidade de sentimentos e aspirações.

Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional.

Essa, a nossa maior satisfação, a nossa maior glória e a base invulnerável sobre que assenta a confiança de que estamos possuídos para a efetivação dos superiores objetivos da revolução brasileira.

Quando, nesta cidade, as forças armadas e o povo depuseram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava virtualmente triunfante em todo o país. A nação, em armas, acorria de todos os pontos do território nacional. No prazo de duas ou três semanas, as legiões do norte, do centro e do sul bateriam às portas da capital da República.

Não seria difícil prevêr o desfecho dessa marcha inevitável. A aproximação das forças libertadoras, o povo do Rio de Janeiro, de cujos sentimentos revolucionários ninguém poderia duvidar, se levantaria em massa, para bater, no seu último reduto, a prepotência inativa e vacilante.

Mas era bem possível que o governo, já em agonia, apegado às posições e teimando em manter uma autoridade inexistente de fato, tentasse sacrificar, nas chamas da luta fratricida, seus escassos e derradeiros amigos.

Compreendestes, senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e com os vossos valorosos auxiliares desfechastes patrioticamente sobre o simulacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça.

Os resultados benéficos dessa atitude constituem legítima credencial dos vossos sentimentos cívicos: integrastes definitivamente o restante das classes armadas na causa da

revolução, poupastes á Patria sacrificios maiores de vidas e recursos materiais e resguardastes esta maravilhosa capital de danos incalculaveis.

Justo é proclamar, entretanto, senhores da Junta Governativa, que não foram sómente esses os motivos que assim vos levaram a proceder. Preponderava sobre eles o impulso superior do vosso pensamento, já irmanado ao da revolução. Era vossa, tambem, a convicção de que só pelas armas seria possivel restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da Patria, livrando-a da camarilha que a explorava, arrancar a mascara de legalidade com que se rotulavam os maiores atentados á lei e á justiça — abater a hipocrisia, a farça e o embuste. E, finalmente, era vossa, tambem, a convicção de que urgia substituir o regime de ficção democratica, em que viviamos por outro de realidade e confiança.

Passado, agora, o momento das legitimas expansões pela vitoria alcançada, precisamos refletir, maduramente, sobre a obra de reconstrução que nos cumpre realizar.

Para não defraudarmos a expectativa alentadora do povo brasileiro, para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar á altura da missão que nos foi por ele confiada.

Ela é de iniludivel responsabilidade.

Tenhamos a coragem de levá-la a seu termo definitivo, sem violencias desnecessarias, mas sem contemplações de qualquer especie.

O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas temporizadoras. Implica o reajustamento social e economico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo á verdade. Precisamos, por atos e não

por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia. Começemos por desmontar a máquina do filhotismo parasitário, com toda a sua descendência espúria. Para o exercício das funções públicas, não deve mais prevalecer o critério puramente político. Confiemo-las aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral. A vocação burocrática e a caça ao emprego público, em um país de imensas possibilidades — verdadeiro campo aberto a todas as iniciativas do trabalho — não se justificam. Esse, com o caciquismo eleitoral, são males que têm de ser combatidos, tenazmente.

No terreno financeiro e econômico há toda uma ordem de providências essenciais a executar, desde a restauração do crédito público ao fortalecimento das fontes produtoras, abandonadas às suas dificuldades e asfixiadas sob o peso de tributações de exclusiva finalidade fiscal.

Resumindo as idéias centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade:

- 1) concessão de anistia; 2) saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária; 3) difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas; 4) instituição de um Conselho Consultivo, composto de individualidades eminentes, e sinceramente integradas na corrente das idéias novas; 5) nomeação de comissões de sindicâncias, para apu-

rarem a responsabilidade dos governos depositos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros publicos; 6) remodelação do Exército e da Armada, de acôrdo com as necessidades da defesa nacional; 7) reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto; 8) reorganização do aparelho judiciario, no sentido de tornar uma realidade a independencia moral e material da magistratura, que terá competencia para conhecer do processo eleitoral em todas as suas fases; 9) feita a reforma eleitoral, consultar a nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituintes, afim de procederem á revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades, públicas e individuais, e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do governo central; 10) consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigorante, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes; 11) manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuarias — unico meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentarios reais; 12) reorganização do Ministerio da Agricultura, aparelho atualmente rigido e inoperante, para adaptá-lo ás necessidades do problema agricola brasileiro; 13) intensificar a produção pela policultura e adotar uma politica internacional de aproximação economica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportaveis; 14) revêr o sistema tributario, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o proteccionismo dispensado ás industrias artificiais, que não utilizam materia prima do país e mais contribuem para

encarecer a vida e fomentar o contrabando; 15) instituir o Ministerio do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e defesa do operariado urbano e rural; 16) promover, sem violencia, a extinção progressiva do latifundio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferencia direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agricola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as proprias mãos, em terra propria, o edificio de sua prosperidade; 17) organizar um plano geral, ferroviario e rodoviario, para todo o país, afim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião.

Como vêdes, temos vasto campo de ação, cujo perimetro pode ainda alargar-se em mais de um sentido, si nos fôr permitido desenvolver o maximo de nossas atividades.

Mas, para que tal aconteça, para que tudo isso se realize, torna-se indispensavel, antes de mais nada, trabalhar com fé, animo decidido e dedicação.

Quanto aos motivos que atiraram o povo brasileiro á revolução, superfluo seria analisá-los, depois de, tão exata e brilhantemente, tê-lo feito, em nome da Junta Governativa, o Sr. General Tasso Fragoso, homem de pensamento e de ação, e que, a par de sua cultura e superioridade moral, pode invocar o honroso titulo de dicipulo do grande Benjamin Constant.

Através da palavra do ilustre militar, apreende-se a mesma impressão panoramica dos acontecimentos, que vos desenhei, já, a largos traços: — a revolução foi a marcha incoercivel e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistencias,

arrastando todos os obstaculos, á procura de um rumo novo, na encruzilháda dos erros do passado.

Senhores da Junta Governativa.

Assumo, provisoriamente, o governo da República, como delegado da revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesqueciveis serviços que prestastes á nação, com a vossa nobre e corajosa attitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Patria.

ANEXO B - Discurso de posse – 1951 – No Tribunal Superior Eleitoral (Vide Biblioteca da Presidência da República – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1951/view>)

"Senhor Presidente,
Senhores Ministros,

Não devo ocultar os sentimentos de júbilo cívico de que me encontro possuído ao receber das mãos dos mais altos representantes da Justiça Eleitoral o diploma de Presidente da República.

Com êste ato solene encerra-se o prélio eleitoral de que participei e saí reconfortado pelas preferências da maioria da opinião popular.

Não pretendo evocar os episódios dessa memorável campanha, tão recentes e vivos na memória de todos. O que desejo proclamar, nesta excepcional oportunidade, é a vitória dos ideais pelos quais sempre porfiéi e foram o sonho acariciado de muitas gerações: a vitória da liberdade, da garantia e da legitimidade do voto popular.

A reforma eleitoral por mim realizada em obediência aos reclamos e aos anseios da nacionalidade teve, agora, pela segunda vez, a contraprova do seu acôrto. O voto secreto e a instituição da Justiça Eleitoral propiciaram uma verdadeira revolução pacífica na vida política do país. O cida

dão adquiriu a consciência do seu direito e exercendo-o viu a sua vontade respeitada. A soberania popular não é mais uma ficção explorada pelas oligarquias outrora reinantes e interessadas em perpetuar o mandonismo político. O povo, liberto das maléficas influências da coação, do subôrno e da intimidação, constituiu-se em instância suprema e inapelável para a escolha e a designação dos seus governantes. A Justiça Eleitoral, apurando e proclamando imparcialmente os resultados das urnas, consolidou a confiança pública nas instituições democráticas.

Não voltaremos mais ao tempo em que a fraude campeava livremente no alistamento, na eleição e na apuração. Os princípios de representação e justiça, de que se fizera infatigável propugnador o saudoso Assis Brasil e foram depois consubstanciados nos ideais revolucionários de 1930, representam uma conquista definitiva, concreta e irrevogável.

O papel preponderante que foi atribuído à Justiça togada na preparação, organização e

fiscalização dos pleitos eleitorais é uma garantia de isenção e imparcialidade.

Comparecendo a esta solenidade e recebendo dos eminentes Juizes da mais alta côrte da Justiça Eleitoral o título que me investe nas funções e nos encargos de chefe do Poder

Executivo, quero exprimir a minha inteira confiança no aprimoramento dos nossos costumes políticos, no progresso e aperfeiçoamento das práticas democráticas e na participação cada vez mais numerosa e substancial do povo nos problemas e nas decisões da vida nacional."

(Discurso pronunciado ao receber, no Tribunal Superior Eleitoral, o diploma de Presidente da República.

27.1.51)